

ATA N.º 7/2022:

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 16 DE MARÇO DE 2022:

No dia dezasseis de março de dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas e cinco minutos, na sede do Grupo Popular e Recreativo Cabanense - Freguesia de Quinta do Anjo, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal, sob a Presidência de Álvaro Manuel Balseiro Amaro, Presidente, encontrando-se presentes os/as Vereadores/as Paulo Jorge Farinha Bandola, Fernanda Manuela Almeida Pésinho, Carlos Manuel Barateiro de Sousa, Ana Elísia Gonçalves Monteiro, Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha, Roberto José Lopes Cortegano, Pedro Gonçalves da Ponte Marques Taleço e Maria João Camolas Contente Caleira.

Através do Edital nº 51/DAFRH-DAAG/2022 foi, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 1.º do Regimento da Câmara Municipal e de harmonia com a alínea m) do n.º 1, do art.º 35.º, conjugado com o n.º 4, do artigo 40.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, convocada a reunião descentralizada desta Câmara Municipal a realizar no dia 16 de março, às 21.00 horas, na sede do Grupo Popular e Recreativo Cabanense, no âmbito da semana da Freguesia de Quinta do Anjo.

SUBSTITUIÇÃO NA REUNIÃO DE CÂMARA:

Na sequência do pedido de substituição para o período de 2 a 30 de março de 2022, apresentado pela Sra. Vereadora Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo, foi convocada, nos termos dos n.ºs. 1 e 2, do art. 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, a Sra. Ana Elísia Gonçalves Monteiro. (Anexos a esta ata como documento n.º 1)

SUBSTITUIÇÃO NA REUNIÃO DE CÂMARA:

Na sequência do pedido de substituição para a reunião de câmara do dia de hoje, apresentado pelo Sr. Vereador Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão, e dada a indisponibilidade formalmente demonstrada na ordem de precedência da lista do PS, foi convocado, nos termos dos n.ºs. 1 e 2, do art. 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, o Sr. Paulo Jorge Farinha Bandola. (Anexos a esta ata como documento n.º 2)

SUBSTITUIÇÃO NA REUNIÃO DE CÂMARA:

Na sequência do pedido de substituição para a reunião de câmara do dia de hoje, apresentado pelo Sr. Vereador Paulo Jorge Simões Ribeiro, foi convocado, nos termos dos n.ºs. 1 e 2, do art. 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, o Sr. Roberto José Lopes Cortegano. (Anexos a esta ata como documento n.º 3)

Os pontos que constituem a Ordem do Dia desta reunião são os seguintes:

PONTO 1 – Aceitação de doação - Ratificação

PONTO 2 – Aceitação de doação

PONTO 3 – Atribuição de comparticipação financeira à Junta de Freguesia de Quinta do Anjo a título de acerto ao Acordo de Execução "Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros"

PONTO 4 – Relevante interesse público na área do Município para efeitos de isenção de pagamento de taxas municipais associada a operação urbanística de edificação e de autorização de utilização destinada ao exercício da atividade em Estrutura Residencial para Pessoas Idosas

Requerente: Fundação COI – Centro de Ocupação Infantil (IPSS). Processo: E-4280/2021. Local: Avenida Dr. António de Matos Fortuna, Quinta do Anjo – Freguesia de Quinta do Anjo

PONTO 5 – Relevante interesse público na área do Município para efeitos de isenção de pagamento de taxas municipais associada a operação urbanística de edificação e de autorização de utilização destinada ao exercício de respostas sociais à infância e pessoas idosas

Requerente: Centro Social da Quinta do Anjo. Processo: E-6399/2020. Local: Rua Venâncio da Costa Lima, n.º 138, em Quinta do Anjo

PONTO 6 – Relevante interesse público na área do Município para efeitos de isenção de pagamento de taxas municipais associada a operação urbanística de edificação e de autorização de utilização destinada ao exercício da atividade em Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)

Requerente: Associação de Reformados Pensionistas e Idosos do Bairro Alentejano – ARPIBA. Processo: E-669/09. Local: Rua do Rosmaninho e Rua do Pinhal, Barra Cheia – Freguesia de Quinta do Anjo

PONTO 7 – Relevante interesse público na área do Município para efeitos de isenção de pagamento de taxas municipais associada à operação urbanística de legalização de obras de ampliação, com obras de alteração de fachadas e interiores, e autorização de utilização

Requerente: Santa Casa da Misericórdia de Palmela (IPSS). Processo: E-131/1996. Local: Avenida Rainha D. Leonor – Palmela

PONTO 8 – Atribuição de apoio financeiro à Associação Recreativa e Cultural de Fernando Pó no âmbito da realização da 25.ª edição da Mostra de Vinhos em Fernando Pó

PONTO 9 – Parecer sobre a Cooperativa Biovilla para efeitos de atribuição de Estatuto de Utilidade Pública

PONTO 10 – Palmela Desporto, Empresa Local de Promoção do Desporto, Saúde e Qualidade de Vida, E.M. Unipessoal, Lda. – Proposta de novos preços máximos a aplicar relativamente à utilização do Pavilhão Municipal José Silvério – sentido de voto do Município

PONTO 11 – Nomeação do fiscal único da Palmela Desporto, Empresa Local de Promoção do Desporto, Saúde e Qualidade de Vida, E.M. Unipessoal, Lda., nos termos do n.º 3, do artigo 26º, da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto

PONTO 12 – Atribuição de apoios financeiros no âmbito do Programa Municipal de Teatro

DESPACHOS EMITIDOS POR DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – Em matéria do urbanismo:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 4, dos processos despachados pelo Sr. Presidente, Álvaro Amaro, no âmbito do Urbanismo, no período compreendido entre 28.02.2022 a 11.03.2022.

DESPACHOS EMITIDOS POR (SUB)DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – No âmbito do Gabinete de Recuperação do Centro Histórico:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 5, dos processos despachados pela Sra. Vereadora Fernanda Pésinho, no âmbito do Gabinete de Recuperação do Centro Histórico, no período compreendido entre 02.03.2022 a 10.03.2022.

ATOS PRATICADOS POR (SUB)DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – No âmbito do Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 6, dos processos despachados pela Sra. Vereadora Fernanda Pésinho, no âmbito do Departamento do Ambiente e Serviços Urbanos, no período compreendido entre 29.02.2022 a 14.03.2022.

ATOS PRATICADOS POR (SUB)DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – Em matéria de processos de obras públicas:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 7, dos atos praticados pelo/as Sr./as Presidente, Álvaro Amaro; Vereadora Fernanda Pésinho; e

Diretora do Departamento de Obras, Logística e Manutenção, Dra. Teresa Palaio, em matéria de processos de obras públicas, no período compreendido entre 28.02.2022 a 14.03.2022.

DESPACHOS EMITIDOS POR SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - No âmbito do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos / Divisão de Atendimento e Administração Geral - Secção de Licenciamentos:

A Câmara toma conhecimento, através de uma relação distribuída a todos os membros, elaborada pelos serviços respetivos e que fica anexa a esta ata como documento n.º 8, dos processos despachados pelo Sr. Diretor do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos, Dr. Paulo Pacheco, no âmbito da Divisão de Atendimento e Administração Geral – Secção de Licenciamentos, no período compreendido entre 02.03.2022 a 15.03.2022.

CONTABILIDADE:

Pagamentos autorizados:

O **Sr. Presidente** dá conhecimento à Câmara que foram autorizados pagamentos, no período compreendido entre os dias 02.03.2022 a 15.03.2022, no valor de 1.649.514,58 € (um milhão, seiscentos e quarenta e nove mil, quinhentos e catorze euros e cinquenta e oito cêntimos). A lista dos pagamentos autorizados fica anexa a esta ata como documento n.º 9.

TESOURARIA:

Balancete:

O **Sr. Presidente** informa que o balancete do dia 15.03.2022, apresenta um saldo de 18.099.244,55 € (dezoito milhões, noventa e nove mil, duzentos e quarenta e quatro euros e cinquenta e cinco cêntimos), dos quais:

- **Saldo de operações orçamentais** – 16.124.922,64 € (dezasseis milhões, cento e vinte e quatro mil, novecentos e vinte e dois euros e sessenta e quatro cêntimos);
- **Saldo de operações de tesouraria** – 1.974.321,91 € (um milhão, novecentos e setenta e quatro mil, trezentos e vinte e um euros, e noventa e um cêntimos).

METODOLOGIA DE FUNCIONAMENTO DAS REUNIÕES DE CÂMARA DESCENTRALIZADAS

O **Sr. Presidente** começa por explicar que nas reuniões descentralizadas inverte-se a metodologia de funcionamento das mesmas, para possibilitar o Período da Intervenção do Público no seu início, depois segue-se o Período Antes da Ordem do Dia e, por último, a Ordem do Dia.

SEMANA DA FREGUESIA DE QUINTA DO ANJO

O **Sr. Presidente** refere que o executivo camarário estará presente na freguesia de Quinta do Anjo até Domingo na promoção da semana dedicada à freguesia, num ciclo de trabalho descentralizado que se realiza anualmente agora, após dois anos de pandemia, com responsabilidade e segurança, está a ser possível tentar o regresso ao tão necessário contacto direto com os agentes locais, com as populações, ao debate com rosto, à prestação de contas e à assunção de novos compromissos.

Agradece à direção do Grupo Popular e Recreativo Cabanense por receber a Câmara para esta sessão e agradece aos presentes. Antes de passar a palavra aos/às senhores/as vereadores/as, o **Sr. Presidente** refere que começou a ser feito, na passada segunda-feira, o ponto de situação de um conjunto de dossiês e de assuntos pendentes que dizem respeito à freguesia de Quinta do Anjo, assuntos que os órgãos municipais e as unidades orgânicas vão dando conta ao longo do ano. No período da tarde de segunda-feira fez-se o ponto de situação, com uma sessão de trabalho no Salão da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, sessão essa também destinada a outras juntas do concelho relativamente ao projeto “Módulo EP Parque Escolar” em que todas as freguesias ficarão com a possibilidade de conhecer e fomentar a utilização de uma ferramenta digital e que vem facilitar o reporte à Câmara Municipal e às Juntas das necessidades de conservação e apoio por parte das escolas, centralizar os pedidos, agilizando desta forma a sua resolução e até o seu controlo. Tal insere-se no âmbito das competências que estão descentralizadas nas Juntas de Freguesia e refere que todos ficam a ganhar com esta ferramenta. Na terça-feira de manhã realizou-se a habitual reunião de trabalho entre os executivos da Junta e da Câmara para conferir assuntos pendentes, partilhar informação diversa, desde logo o programa da semana da freguesia; fez-se um ponto de situação sobre as obras candidatas ao programa Portugal 2020, pois existem obras a decorrer que têm de estar concluídas até ao final do ano, bem como um conjunto de empreitadas e intervenções a decorrer ou previstas para a freguesia. O **Sr. Presidente** dá, como exemplo, a empreitada em curso, relativa ao contrato de eficiência energética do concelho.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** dá nota que inclui uma rede lora, prevendo-se a instalação na freguesia de cerca de 4.800 novas luminárias.

O **Sr. Presidente** menciona que foi comunicada a adjudicação dos balneários para o pavilhão polidesportivo do Bairro Alentejano, enquanto decorre o concurso para os telheiros e o ensombramento da escola, uma obra que está planeada para o início das férias de Verão e que existe a intenção de acionar a garantia da obra da Escola Básica António Matos Fortuna para correção de patologias identificadas que a Junta tem sinalizadas e identificadas, nomeadamente na cobertura. Refere, ainda, o **Sr. Presidente** que os executivos discutiram ainda o plano de intervenções a realizar ao nível das calçadas, havendo ainda trabalho a fazer durante esta semana no levantamento de situações, a criação de bolsas de estacionamento, prolongamentos

de redes de água. Houve também contactos com moradores a quem felicita pelo facto de estarem alguns deles, do Bairro Alentejano, aqui presentes; analisaram-se as questões relacionadas com as redes de água e saneamento, obras na rede viária com várias pavimentações que estão previstas para a Freguesia durante o presente mandato, sendo algumas delas já para arrancar este ano. Exemplifica que, para 2023, está prevista a conclusão da Rua da Seara no Bairro Alentejano, sendo que já se passou à segunda fase da Rua Manuel Xavier de Carvalho em Cabanas; para as Ruas Manuel Basílio e João Petrónio já existe o projeto em elaboração, assim como para a Rua António Joaquim Ferreira Calote em Cabanas; a Rua Manuel Carvalho Domécio, em Quinta do Anjo, já tem os projetos a decorrer.

O **Sr. Presidente** informa também acerca da entrada em funcionamento, a 1 de junho, da nova concessão de transporte público rodoviário, sendo a matéria dos transportes e acessibilidades recorrente nesta freguesia, que sempre esteve muito mal servida destas ligações em transporte rodoviário coletivo e, sobretudo para os interfaces de outros modos de transporte, o lote 4 em que o Município está integrado será o primeiro a avançar no dia 1 de junho com uma operadora internacional, uma frota de autocarros a estrear, um aumento da oferta na ordem dos 140%, sendo a freguesia de Quinta do Anjo uma das que mais irá beneficiar das novas ligações. Sem querer fazer qualquer discriminação, refere o Sr. Presidente que a verdade é que as grandes ligações que foram reivindicadas pela população, pelo menos as que conhece, ao longo dos últimos 10 anos - a ligação à Penalva, aos Bairros, a ligação à Quinta das Flores, Olhos d'Água, quer para a sede de freguesia, quer para a envolvente dos Bairros, ligações a Palmela, aos serviços das Juntas, aos serviços públicos essenciais, da saúde e outros - todas elas estão contemplados neste pacote. É importante que este esforço que o Município irá fazer, no âmbito da AML (Área Metropolitana de Lisboa), em que se passará de um milhão duzentos e oitenta mil euros por ano, para um milhão e seiscentos mil euros de comparticipação anuais seja, de facto, acompanhado pela adesão da população ao transporte coletivo, ao transporte público, uma opção ambientalmente mais sustentável, muito mais competitiva, muito mais económica, devido ao passe navegante sobretudo quando assistimos hoje a uma escalada do preço dos combustíveis. Espera-se que a oferta corresponda à procura.

Mais informa o **Sr. Presidente** que, durante a tarde, foram realizadas um conjunto de visitas técnicas a vários locais, nomeadamente ao Centro de Recursos para a Juventude (CRJ) da Quinta do Anjo, um equipamento da rede municipal de CRJ's em que se pretende beneficiar não só o edifício mas sobretudo a envolvente, sendo compromisso de mandato ampliar o espaço exterior para responder a uma forte procura que existe naquele espaço por parte da população juvenil. O grande compromisso é a construção de um skate parque, dimensionado para acolher competições oficiais, projeto cujo desenvolvimento está a ser iniciado.

Dá nota o **Sr. Presidente** que esteve nas Ruas Mello e Castro e das Boiças onde foram vistas as questões relacionadas com as infraestruturas de prolongamentos, de pavimentações, sendo que as questões das infraestruturas têm que ser feitas prioritariamente, existindo na Rua das Boiças problemas relacionados com inexistência de uma rede pluvial e do ponto de entrega,

porque ao impermeabilizar o arruamento, as águas têm que ir para algum lado; foram analisadas as várias possibilidades de intervenção, sendo que se está tecnicamente a trabalhar; nisso alguns dos projetos vão ser adjudicados ao exterior dada a densidade e o trabalho que existe com outros projetos internos; na Rua dos Três Concelhos houve contacto com moradores, alguns aqui hoje presentes, para analisar tecnicamente as possibilidades de prolongamento das infraestruturas, sem prejuízo das questões que foram comunicadas no local, sendo que a solução não está fechada, tratando-se de um compromisso que vem do ano passado e há a intenção de o concretizar este ano; existe já o compromisso da Sra. Vereadora de integrar essas obras na empreitada de prolongamentos que está para lançamento, empreitada que tem vários prolongamentos, ascendendo a vários milhares de euros e abrangendo várias zonas do concelho.

Informa, ainda, o **Sr. Presidente** que no final da tarde e, também, ao início da noite, houveram muitas reuniões de trabalho com associações: a Inspira Atitude e o Agrupamento 504 do Corpo Nacional de Escutas, duas associações que têm um trabalho muito importante junto de um público infanto-juvenil com uma forte dinâmica na freguesia, com quem debateram necessidades e expectativas não só para este ano, mas para todo este ciclo de trabalho. Durante a manhã de hoje, acompanhados de toda a vereação e corpo técnico, realizaram-se as habituais visitas públicas para dar a conhecer projetos e agentes locais e partilhar informação com todos. O programa começou com uma visita ao Espaço Fortuna onde já se iniciou, ao fim do quarto procedimento concursal, a empreitada da Janela da Arrábida. Trata-se de uma candidatura intermunicipal para a Arrábida onde se pretende uma intervenção com vista a consolidar o edificado para assim valorizar as dinâmicas económicas e culturais educativas que já existem no equipamento, assim como para fazer ali nascer um centro de acolhimento e de interpretação da Arrábida e dos poucos neolíticos da história da região, de forma mais abrangente, com uma forte componente multimédia; o projeto contempla uma intervenção de fundo na área envolvente com equipamentos de apoio ao BTT, ao pedestrianismo e ao caravanismo que têm no local muita procura, parque de merendas "Jardim de Aromas da Arrábida", reabilitação da olaria, reforço do Pomar onde foi feita visita, sendo que a primeira fase tem 70 macieiras de maçã riscadinha. Trata-se de uma empreitada no valor de setecentos e trinta e um mil euros e pretende cumprir todo o potencial do Espaço Fortuna nos planos cultural e turístico, afirmando-se como uma porta de entrada privilegiada na Serra e da Arrábida; o Executivo passou pela AUGI da Bela Vista, a AUGI - área urbana de génese ilegal - que hoje é um loteamento da Comissão de Administração que cumpriu a sua parte, tem estado a investir nas infraestruturas, que estão praticamente concluídas, mas que ficou, fruto da inércia de outras AUGI, ali ao lado que não permitiram a solução inicial do prolongamento do abastecimento de água, ficando assim para o Município a responsabilidade de encontrar o fornecimento de água para aquela AUGI que está mesmo no limite do Concelho. Visto que outros não avançaram a solução é aquela que têm, desde há muitos anos, com todos os concelhos vizinhos a quem se fornece água, se vende água e a quem também se compra água, porque não se justificam fazer na ponta do concelho investimentos, furos, e nem sequer é

ambientalmente admissível e sustentável quando existe o fornecimento ali bem perto e, portanto, a solução técnica e política foi esta: uma obra que já está adjudicada, urgente na sua execução porque a dinâmica de construção da AUGI passou a ser muito elevada a partir do momento em que tem o alvará emitido e as taxas pagas o que leva a que as comunicações prévias ocorram diariamente. Trata-se de um investimento de, aproximadamente, quarenta e sete mil e duzentos euros, uma ligação que é pouco mais de 800 metros de rede, com um abastecimento em alta e uma rede em baixa. Foi visitada uma pequena, mas muito importante obra, realizada num espaço que se tornou urbano, que foi reabilitado, passando de uma AUGI a um loteamento na zona de Brejos dos Carreiros; trata-se da abertura de um novo arruamento, a Rua do Ribatejo que faz Entroncamento com o caminho municipal 1029 e está concluído. Foi um projeto interno que visou resolver problemas de circulação e de acesso ao caminho municipal 1029 que o projeto inicial do loteamento não contemplava, mas que a prática veio a exigir que existisse, dado que a circulação de alguns pesados e de alguns semi-reboques naqueles arruamentos com um perfil da génese inicialmente ilegal que, quem conheceu, sabe como foi necessário readaptar e com a permuta de um lote conseguiu-se fazer esta melhoria. Foi ainda realizada visita a investimentos nas infraestruturas que ficam debaixo do chão, maquinaria que ninguém vê, ouve-se falar em milhares e milhares de euros e que têm muita importância na vida das pessoas. Dá como exemplo o caso da água que, quando há roturas, quando funciona mal, quando há quebras de fornecimento ou de pressão também os sistemas de esgotos entram em colapso se houver um deficiente funcionamento, seja qual for a razão, tendem depois a prejudicar as opções ambientais e nas colinas da Arrábida, que é uma das estações elevatórias que mais caudal empurra no Concelho, assistia-se nos últimos anos a alguns problemas de funcionamento daquela estação elevatória. Resultado de más práticas dos cidadãos pois aparecem coisas nos esgotos que não deviam aparecer como toalhetas, fraldas, pensos, panos de loiça, garrações e coisas estranhas, as coisas mais inacreditáveis de aparecerem; são mecanismo delicados, houve que fazer investimento, um upgrade naquela estação elevatória, com uma nova tecnologia, um sistema sofisticado que favorece a gestão da rede. Para além da gradagem automática do elevador de recolha que filtra o efluente para impedir a passagem de tais sólidos que não deviam lá estar, tem um sistema de radar que monitoriza a permanência e os níveis dos poços para não serem só as boias, porque por vezes o sistema de boias não é muito eficaz e evita eventuais colapsos e despejos na linha de água para que se possa efetivamente fazer jus ao objetivo de tratamento destes efluentes que é preservar o ambiente e tratar as águas residuais. Tratou-se de um investimento de cerca de quarenta mil euros com tecnologia adquirida ao exterior, sendo a ideia e a conceção da nossa equipa, da oficina eletromecânica e não só. No centro da aldeia conhecemos um projeto muito interessante, relacionado com o turismo, a criação de camas para alojamento local. Embora estes investidores tenham passado por um momento menos positivo nestes últimos dois anos por causa da COVID, a verdade é que se trata de investimentos que o executivo camarário tem procurado acarinhar no Concelho, setor que vinha em crescendo até 2019 e depois em 2020 abrandou um pouco. É ainda referido pelo Sr. Presidente que visitaram uma família que é muito

sensível ao tema do turismo inclusivo e que tem investido na criação duma oferta de alojamento acessível e inclusivo também no setor turístico. Sob o conceito de melhor no campo, estes investidores iniciaram-se no ramo do alojamento local em 2017 e contam já com 4 empreendimentos, 3 deles no coração da aldeia e promovem, a identidade local cultural, os produtos locais e registam uma crescente procura em tempos de pandemia e, anualmente, registam entre seiscentos a mil turistas aqui em Quinta do Anjo neste tipo de alojamento, o que é interessante. Foi feita visita para se tentar perceber como tal é possível tendo sido constatado que se trata de um novo investimento, no denominado Pátio da Memória, sito no coração da aldeia, e será o quinto espaço. Um caso interessante, sendo importante a sua divulgação, não só em termos de acessibilidade mas também de *PET friendly* para os animais e, portanto, a própria construção é altamente sustentável, com construções modulares, estruturas em madeira, isolamentos em cortiça, um caso *study* e um modelo interessante de sustentabilidade no turismo; o **Sr. Presidente** refere ainda que se dirigiram de seguida à Estrada dos 4 Castelos, uma estrada com mau aspeto e, por enquanto, em mau estado, agora na segunda fase do HUB10; depois de vários incidentes, desde problemas com a expropriação, a problemas com o projeto e com a própria altimetria e as coordenadas geográficas, a obra parece que continua por fazer, não se vê alcatrão, não se vê a ecopista ali ao lado, pelo que foram tentar perceber e explicar à comitiva que esta obra de um milhão e noventa mil euros, embora esteja numa fase de execução pouco visível, está de facto a decorrer com sondagens e com a construção de poços de infiltração. Há várias zonas que se nota que o pavimento foi mexido porque se encontra na primeira fase. Naquela zona desapareceram as linhas de água e o ponto de entrega para os pluviais, e sendo canalizada, havia a necessidade de ir para o concelho de Setúbal pelo que esta foi a melhor solução técnica encontrada. Acredita o **Sr. Presidente** que depois da construção destes postos, quando se começar a colocar as massas betuminosas, lãncil e outras coisas, a obra passará a ter outra dinâmica e outra visibilidade; o Sr. Presidente destaca que, para além de uma ecopista lateral, da drenagem de águas através de método mais inovador, dadas as contingências e a respetiva pavimentação, sinalização de segurança, trânsito, este eixo vai ser servido, também, para um conjunto de caixas de espera para os transportes coletivos rodoviários até no âmbito da nova concessão, vai passar a ter transporte, para distribuir as pessoas que trabalham por aquelas empresas e algumas pessoas que vivem nas Marquesas IV e noutras AUGI's pelo que vão beneficiar destas intervenções; o executivo camarário passou também pelo Jardim de Cabanas, estando a sua inauguração agendada para Domingo, às 10 da manhã. O convite fica feito a todas e a todos para estarem presentes. Verificaram alguns aspetos que gostariam de ver melhorados, mas, sobretudo verificaram o que está pronto e bonito. Refere o **Sr. Presidente** que se trata do primeiro jardim inclusivo do concelho. Mais refere o **Sr. Presidente** que o reordenamento e reforço do estacionamento no local é necessário, mas não é fácil porquanto as Infraestruturas de Portugal também mandam nos assuntos relacionados com a berma da estrada. Tem sobretudo um conjunto de equipamentos de grande qualidade para todas as idades, tem um bloco *Fitness*, um espaço de jogo e recreio sensorial adaptado a crianças e jovens com todo o tipo de deficiência, incluindo

síndromes do espectro do autismo; o executivo camarário terminou a manhã na cerimónia de lançamento de mais um investimento na área do fotovoltaico e da energia verde, um investimento da Iberdrola que contribui para que o concelho esteja cada vez mais na vanguarda deste setor; não sendo o maior, ainda assim são 20 hectares que produzirão cerca de 21 GWS por ano, de energia fotovoltaica, dando para abastecer cinco mil habitações por ano, evitará a emissão anual de cerca de seis mil toneladas de CO2. Sobre esta matéria, acrescenta o **Sr. Presidente** que existe em Palmela muita procura para investimentos desta natureza, havendo necessidade de serem muito criteriosos, mas têm tido a sorte e o trabalho de encontrar os investidores certos e os parceiros estratégicos. É, contudo, necessário e têm tido o cuidado de escolherem criteriosamente as localizações para não hipotecar solos agrícolas e muito menos outros ecossistemas; procuram induzir nestes investimentos também algumas práticas positivas diferenciadoras do ponto de vista ambiental, nomeadamente na área remanescente e no meio das próprias fiadas de inúmeros painéis solares, o aproveitamento para plantações, para pastagens, para polinização, sendo estes aspetos diferenciadores pela positiva da generalidade de outros aspetos muito impactantes que conhecemos um pouco por toda a Europa, em particular no Sul da Europa, Espanha e Portugal.

Refere, ainda, o **Sr. Presidente** que no período da tarde estiveram a apresentar a edição deste ano do Festival Pão Queijo e Vinho, de que todos têm saudades de voltar àquele espaço, ao convívio franco e retomar o contacto com aqueles produtos de excelência. Decorreu no Museu do Ovelheiro, havendo oportunidade de voltar ao contato com um conjunto de atividades, esperando que a meteorologia ajude. Sublinha que se trata de um dos certames mais genuínos e autênticos da região de Lisboa, havendo poucos desta natureza e com esta genuinidade, sendo um certame importantíssimo para a afirmação da denominação de origem do queijo de Azeitão, que é já 100% produzido no Concelho de Palmela. Está a ser feito um trabalho em conjunto com a ARCOLSA e com a Junta de Freguesia na defesa da ovelha salaia na produção dos nossos produtos, havendo este ano uma novidade: um projeto da ADREPES sobre os queijos de Portugal. Existirá também no certame a presença de outros queijos certificados, para se passar a fazer parte de uma rede de produtos desta natureza que são certificados em Portugal e que têm, felizmente, imagem positiva e prestígio internacional. Hoje a presença é aqui, na reunião pública descentralizada mas a semana continua havendo amanhã reuniões de trabalho, com a proteção civil e a Junta de Freguesia por causa do projeto Aldeia Segura que não tem falado muito, primeiro por causa do COVID, depois com a guerra, mas não podem ser esquecidas as questões da limpeza da floresta a prevenção, a cultura de segurança; o projeto será assim retomado e existirá a oportunidade de reunir com a Associação de Festas de São Gonçalo para começar a preparar o certame e ver as suas intenções para este ano. Na sexta-feira os membros do executivo com pelouros farão atendimentos descentralizados, havendo algumas marcações para questões muito específicas que os nossos municípios têm para apresentar e procurarão encerrar da melhor maneira a Semana da Freguesia com a inauguração, a abertura oficial do espaço do Jardim de Cabanas com alguma animação no Domingo de manhã, às 10 horas, no Largo Doutor de Mello e Castro.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

[Parte da ata só disponível para consulta na Câmara Municipal, mediante requerimento fundamentado, em virtude de poder conter informação sensível no âmbito do Regulamento Geral de Proteção de Dados]

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente coloca a votação à admissão, no Período Antes da Ordem do Dia, os seguintes documentos:

. Moção (Pela urgente reabilitação da EN 379 e construção de uma via variante).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da moção no Período Antes da Ordem do Dia.

. Saudação (António Rodrigues).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. Saudação (Nuno Martins).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. Saudação (Ricardo Pires).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

. Saudação (Paixão pelo Vinho Awards 2022).

Aprovada, por unanimidade, a admissão da saudação no Período Antes da Ordem do Dia.

O Sr. Presidente passa à leitura da moção que se transcreve:

. Moção (Pela urgente reabilitação da EN 379 e construção de uma via variante).

"A EN 379 é uma via estratégica dentro do território Arrábida, que atravessa, no Concelho de Palmela, as freguesias de Palmela e de Quinta do Anjo. A forte pressão do tráfego que se faz

sentir decorre quer das deslocações diárias de milhares de pessoas que vivem e trabalham na região, quer da elevada circulação de pesados que acedem, por exemplo, à zona industrial de Vila Amélia e ao Parque Industrial da Autoeuropa, quer, ainda, da forte vocação turística deste eixo.

Não obstante a sua importância estratégica, esta via encontra-se num estado lastimável e não conhece uma intervenção de fundo há muitos anos. Ao estado do piso, com enormes riscos de segurança para quem conduz e para quem vive ou trabalha nas localidades servidas por esta estrada nacional, somam-se a sinalização horizontal muito deficiente e bermas maltratadas fora dos perímetros urbanos.

Além da reabilitação urgente da EN 379, o Município reafirma a necessidade de uma via variante, que permita descongestionar o centro de localidades como Volta da Pedra, Palmela, Quinta do Anjo ou Cabanas, melhorar os acessos às áreas de atividades económicas, com ganhos de eficiência e competitividade, e garantir maior segurança e conforto a quem circula e a quem vive nestas localidades e sofre, diariamente, com o ruído, a poluição e o perigo.

À semelhança do que acontece com a EN 252, existem compromissos já assumidos com diversos organismos da tutela, no âmbito do Plano Diretor Municipal, em vigor desde 1997, tendo-se realizado, em 2004 e 2005, sessões públicas de apresentação, esclarecimento e auscultação da população sobre o estudo prévio de uma via alternativa à EN 379. A proposta contempla a ligação à Estrada da Mitrena, na zona de Aires/Estação de Palmela, por um lado, e a Azeitão, por outro, com ligações ao nó da A2 com o IC 13 e o IC 21, nas zonas da Autoeuropa e da Makro.

Não obstante todo o trabalho técnico já desenvolvido pelo Município, a definição do corredor em PDM, as múltiplas diligências políticas e institucionais das autarquias e os contributos enviados ao Governo, com vista à definição de prioridades estratégicas para o novo quadro comunitário de apoio, está por cumprir esta reivindicação com mais de duas décadas, que também não foi tida em consideração no Programa Nacional de Investimentos 2030 ou no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Acresce que a Administração Central e a Infraestruturas de Portugal continuam a ter como referência de prioridades o Plano Rodoviário Nacional de 1998, com breves atualizações em 2003, (instrumento extremamente desatualizado, portanto), embora tenham contemplado no PRR variantes com menor importância e prioridade que as reclamadas pelo Concelho de Palmela.

Continua, assim, a ser preterido um território que tanto contribui para a economia nacional e cuja importância estratégica não tem sido acompanhada pelos indispensáveis apoios e pelo olhar atento que merece.

Reunida a 16 de março de 2022, em Cabanas, a Câmara Municipal de Palmela **delibera:**

- Exigir, pela sua importância na qualidade de vida de milhares de pessoas, a urgente reabilitação da EN 379, entre Volta da Pedra e S. Gonçalo, incluindo pavimentação, sinalização e tratamento de bermas;
- Apelar à urgente atualização do Plano Rodoviário Nacional;
- Reiterar, uma vez mais, a rápida assunção de um compromisso, por parte do Governo, para a construção de uma via variante à EN 379, no Concelho de Palmela;
- Afirmar a sua disponibilidade para, depois de construída a via variante, assumir a responsabilidade pela gestão do troço da EN 379 no Concelho de Palmela;
- Dar conhecimento da presente moção a:
 - . Sua Excelência, o Presidente da República
 - . Sua Excelência, a/o Presidente da Assembleia da República
 - . Sua Excelência, o Primeiro-Ministro
 - . Sua Excelência, a/o responsável pela área das Infraestruturas;
 - . Grupos Parlamentares da Assembleia da República;
 - . Associação Nacional de Municípios Portugueses;
 - . Associação Nacional de Freguesias;
 - . Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo;
 - . Área Metropolitana de Lisboa;
 - . Associação de Municípios da Região de Setúbal;
 - . Assembleia Municipal de Palmela;
 - . Juntas de Freguesia do Concelho de Pamela;
 - . Conselho Local de Mobilidade;
 - . Infraestruturas de Portugal, S.A;
 - . Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E. P. E.;
 - . Associação da Indústria da Península de Setúbal;
 - . Comunicação social.”

Em relação à moção (Pela urgente reabilitação da EN 379 e construção de uma via variante) intervêm:

O **Sr. Presidente** refere que não compreende como é que os sucessivos governos não atualizam um plano de 1998, que teve apenas uma alteração e uma atualização em 2003 e

que, daí para cá, não houve uma definição de prioridades daquilo que é estratégico para o País e que existem zonas críticas de trânsito com pontos negros, sem proposta de atuação. Um plano que está extremamente desatualizado o que é incompreensível, mas, no entanto, o atual Governo contemplou no PRR variantes com menor importância, mas que define como prioridades do que as que são reclamadas no concelho de Palmela. Dá o exemplo para reflexão do caso da variante à EN 4 da Atalaia que teve prioridade face ao sufoco que existe no concelho na EN 379 e na 252.

A reabilitação da EN 379 é prioritária, tem sido reivindicada pelos fregueses, pela Junta de Freguesia, havia expectativas de um plano de reabilitação que passou mais uma legislatura e não teve início; considera que esta repavimentação, sinalização e tratamento de bermas é prioritária. Considera fundamental que se faça uma atualização e uma aferição de critérios no Plano Rodoviário Nacional para se perceber o que é uma prioridade e se é ou não legítima a reivindicação antiga da atualização das variantes.

Refere, ainda, o **Sr. Presidente** que o Município está disponível para, depois de construída a variante, assumir a responsabilidade pela gestão do troço desta estrada nacional, porque tendo ela uma função iminentemente urbana, com uma variante fará sentido descentralizar os problemas da conservação da manutenção da sinalização para os municípios, mas tal só faz sentido quando haja a assunção das vias variantes.

Refere, ainda, que reúnem frequentemente com a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal e, também, com agentes económicos onde é referida esta questão. A importância que do concelho, ao nível do posicionamento da logística, da distribuição e de grandes unidades que acabam por rebater trânsito para atividades a montante e a jusante desta centralidade industrial nestas vias. É uma situação que empata a população, as empresas e a economia que tem aqui custos acrescidos. Uma proposta que gostaria de colocar a debate e à apreciação e naturalmente a votação, porque considera ser uma legítima reivindicação do concelho e desta freguesia.

O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** refere que vai votar favoravelmente esta moção, esta questão tem sido apresentada pela bancada do PSD ao grupo parlamentar do PSD, sendo a estrada nacional 379 como a 252 uma das variantes e não tem havido resposta, nem do ministro da tutela, nem do secretário de estado. Nos últimos anos têm havido muitas moções e já passou demasiado tempo para que se faça algo nestas estradas nacionais; não há sinalização horizontal nem bermas, há zonas em que não há praticamente possibilidade de as pessoas circularem à berma da estrada, porque não têm passeio, não têm condições mínimas e nesse aspeto manifesta estar totalmente de acordo com esta moção.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** refere que a bancada do Partido Socialista vai acompanhar esta moção pois considera ser por demais evidente a necessidade de requalificação desta via e da criação da variante; tal como no Pinhal Novo existe a mesma questão em relação à EN 252. Em

termos locais percebem, defendem, estava no programa do PS, tentaram sempre reivindicar junto dos deputados distritais do PS esta matéria. Não acompanha o documento em termos de retórica pois a questão da Atalaia, referindo a ligação que o Sr. Presidente supostamente pretende fazer da ligação da União de Freguesias da Atalaia e do Alto Estanqueiro ser uma Junta PS, mas acredita convictamente que as prioridades no país, a este nível, não se fazem tendencialmente pela cor partidária. Os munícipes eleitores têm provado, eleições atrás de eleições, que vão tendo muito pouca paciência para estes anexos partidários à vida democrática do país pelo que insere o assunto não na lógica partidária mas da necessidade das populações em relação a estas infraestruturas, na lógica evidente de quem circula nesta estrada, bastando fazer um percurso de passagem e não é preciso fazer todos os dias, na modernidade com que têm que assumir a questão das vias e das mobilidades nas suas mais diversas vertentes.

O **Sr. Vereador Carlos de Sousa** refere que o MCCP está perfeitamente de acordo com esta proposta e nas suas duas exigências, sendo a mais urgente melhorar o atual piso que se encontra muito mau e a sinalização vertical e horizontal, concordando com o Sr. Presidente pois é uma necessidade urgente que existe desde 1997, que foi quando foi colocada pela primeira vez o espaço canal no plano diretor municipal, estando perfeitamente de acordo com esta proposta.

O **Sr. Presidente** refere que, relativamente à intervenção do Sr. Vereador Pedro Taleço, que a carapuça só a enfia quem quer; gosta muito da Atalaia sendo até Romeiro, por vezes vai à Atalaia; a Atalaia está profundamente ligada também a esta Freguesia, que tem círio da Quinta do Anjo, mas refere o **Sr. Presidente** que é mais dos caramelos, dos Olhos de Água. Fez uma constatação mas considera que o que interessa é estarem unidos nesta reivindicação e cada um fazer o seu papel junto do seu grupo parlamentar e, sobretudo junto daqueles que dizem que são o Governo de Portugal, porque o são, foram escolhidos e têm responsabilidades e esta é uma responsabilidade da administração Central; poderia mostrar ao Sr. Vereador Pedro Taleço o documento que existe desde 1995, também editado na imprensa portuguesa, com as listagens de prioridades das variantes assumidas por vários governos, também do partido do senhor vereador, incluídas e retiradas sucessivamente do então Plano de Investimentos da Administração Central e nunca lá se viu a variante da Atalaia sendo que repetidamente no PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), depois de terem dito que não havia variantes, aparece a da Atalaia, a de Famalicão, entre outras.

Mais refere que Palmela, no Plano Nacional de Investimentos 2030, foi o primeiro município da Área Metropolitana de Lisboa a dar compromissos também nesta matéria da coesão regional da interligação que liga os concelhos de Palmela, Setúbal e Sesimbra.

Está nos planos diretores dos vários municípios, mas parece que esta região e este eixo aqui continuam a ser um bocadinho esquecidos e depois aparecem coisas que nunca se ouviu solicitar ou reivindicar. Por este motivo, existe a necessidade de tornar claro esta insatisfação;

não vão desistir de lutar nem de dizer a verdade, felizmente estão unidos sendo que a preocupação do **Sr. Presidente** relaciona-se com o facto de existir um plano de investimentos até 2027 e outro até 2030 e ninguém fala no concelho de Palmela nesta matéria e isso deixa-o indignado, sendo por isso que fez as comparações que fez; refere que para já não precisam da comparação, precisam é de fundamentar a legitimidade da reivindicação e a insatisfação, pelo facto do concelho de Palmela ter sido sucessivamente esquecido.

Submetida a votação a moção, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

A **Sra. Vereadora Maria João Camolas** apresenta as seguintes saudações:

. **Saudação** (António Rodrigues).

"O esgrimista António Rodrigues, atleta da Upper Score – Associação Desportiva (USAD – Palmela), sagrou-se Campeão Nacional de Espada Masculina Cadetes, ao vencer a competição na arma de Espada, no Campeonato Nacional de Cadetes 2022, que se realizou nos dias 19 e 20 de fevereiro no Pavilhão da Associação Física de Torres Vedras.

Reunida em Palmela, a 16 de março, a Câmara Municipal de Palmela **saúda** o esgrimista António Rodrigues pelo título alcançado, desejando os maiores sucessos para a sua carreira desportiva em prol do desporto no concelho."

Submetida a votação a saudação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

. **Saudação** (Nuno Martins).

"O judoca Nuno Martins, do Judo Clube de Pinhal Novo, sagrou-se Campeão Nacional de Júniores, na categoria -66kg, no Campeonato Nacional de Júniores 2022, que se realizou no dia 5 de março em Cernache, Coimbra.

Nuno Martins dá continuidade às excelentes prestações que lhe têm valido a obtenção de excelentes resultados e a conquista de títulos nacionais.

Reunida em Palmela, a 16 de março, a Câmara Municipal de Palmela **saúda** o judoca Nuno Martins pelo título alcançado, desejando os maiores sucessos para a sua carreira desportiva em prol do desporto no concelho."

Submetida a votação a saudação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

. **Saudação** (Ricardo Pires).

"O judoca Ricardo Pires, do Judo Clube de Pinhal Novo, sagrou-se Campeão Nacional de Júniores, na categoria -60kg, no Campeonato Nacional de Júniores 2022, que se realizou no dia 5 de março em Cernache, Coimbra.

Ricardo Pires dá continuidade às excelentes prestações que lhe têm valido a conquista de diversos títulos nacionais, bem como a chamada à seleção nacional de Judo para representar Portugal em competições internacionais.

Reunida em Palmela, a 16 de março, a Câmara Municipal de Palmela **saúda** o judoca Ricardo Pires pelo título alcançado, desejando os maiores sucessos para a sua carreira desportiva em prol do desporto no concelho."

Submetida a votação a saudação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

O **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** apresenta a saudação que se transcreve:

. Saudação (Paixão pelo Vinho Awards 2022).

"No início do mês de março, Lisboa foi palco da entrega de prémios do concurso «Paixão pelo Vinho Awards 2022», organizado pela Revista «Paixão pelo Vinho», dedicada ao universo vínico, gastronómico e de enoturismo, contribuindo ativamente para levar ao mundo o que de melhor se faz em Portugal.

Perante um excelente início do ano de 2022, a produtora de vinhos Quinta do Piloto, herdeira da tradição vinícola de quatro gerações, foi distinguida com o prémio «Melhor Produtor de Vinhos Generosos do ano 2021», tendo ainda o seu vinho «Quinta do Piloto Coleção Família Moscatel de Setúbal» recebido a nomeação de um dos melhores 30 vinhos de 2021.

Também a Casa Ermelinda Freitas, que desde 1920 se dedica à produção de vinho, foi galardoada neste concurso, com o prémio «Melhor Produtor de Mérito 2021».

Ainda no referido evento foram galardoadas a Adega Camolas e a Sociedade Vinícola de Palmela, a saber:

Com o Prémio Excelência:

- Camolas Moscatel de Setúbal Reserva | Adega Camolas
- Moscatel de Setúbal Superior 10 Anos | Sociedade Vinícola de Palmela

Com o Prémio Escolha:

- Camolas Selection Tinto Reserva | Adega Camolas
- Camolas Moscatel de Setúbal Reserva | Adega Camolas
- Camolas Selection Tinto Reserva Magnum | Adega Camolas

Reunida a 16 de março de 2022, a Câmara Municipal de Palmela **louva** a Adega Camolas, a Casa Ermelinda Freitas, a Quinta do Piloto e a Sociedade Vinícola de Palmela, pelo mérito do trabalho que têm vindo a desenvolver em prol da qualidade dos nossos vinhos e da valorização do território, projetando-o aos níveis nacional e internacional.”

Submetida a votação a saudação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Informações / Assuntos diversos:

. Apoio a refugiados da Ucrânia – Ações de solidariedade e apoio – O Sr. Presidente refere que, relativamente às ações de solidariedade e apoio a refugiados da Ucrânia, o Município e a comunidade no Concelho de uma maneira geral, têm demonstrado que, tal como a generalidade dos países europeus - sendo Portugal particularmente sensível e solidário – que é um País que acolhe sempre bem; também no Concelho de Palmela tem havido o privilégio de se assistir a várias ações de afirmação de solidariedade, de repúdio pela invasão e pela guerra mas, sobretudo no plano do apoio aos refugiados da Ucrânia, sem prejuízo de um conjunto de iniciativas da cidadania em escolas, associações, Juntas de Freguesia, associações de moradores, tem-se assistido a várias ações de solidariedade também de paróquias; o Sr. Presidente dá nota que o Município tem estado a trabalhar neste esforço e na preparação do acolhimento logo desde os primeiros dias em que eclodiu a invasão, tendo o Município começado por reunir com a comunidade ucraniana residente no concelho de Palmela com quem existem contactos e, desde a primeira hora, a preocupação foi conhecer a realidade de quem vinha em trânsito, das expectativas e, sobretudo os mecanismos de apoio, de encaminhamento, da recolha de bens, de roupas, de produtos farmacêuticos, que tem sido possível recolher na comunidade. Existem muitas ações que têm encaminhado os ativos da sua solidariedade diretamente para transportadoras internacionais e também para outros organismos. Porém, o Município para além de ter estado empenhado no apoio logístico e no encaminhamento destes bens de primeira necessidade em parceria com a Palmela Desporto, também conta com um conjunto de transportadores, de farmácias. Desde logo começou a preparar outros mecanismos que sabia ter de acionar e procurou-se perceber com o Governo, com o Alto Comissariado para as Migrações; as plataformas, os meios disponíveis e a disponibilidade, tendo havido um trabalho em rede com um grupo de trabalho que inclui o social, a proteção civil, o emprego, com ligação a vários organismos para se acolher cidadãos e cidadãs, famílias, refugiados da Ucrânia. Desde logo foi operacionalizado o centro municipal de emergência, recenseou-se um conjunto de ofertas de alojamento de várias famílias de vários pontos do Concelho de Palmela, preparou-se o fornecimento de refeições, o acompanhamento médico e a articulação com o SEF, com as migrações e com a rede social que também tem estado a trabalhar connosco em parceria nesta matéria. Sem entrar em detalhes da vida destas famílias e que devem ser

preservados, o Sr. Presidente refere que muitas destas famílias têm a situação de alojamento resolvida, mais concretamente nove pessoas estão alojadas numa instituição de Palmela, em articulação com o centro local de apoio à integração de migrantes o CLAIM, existe uma família mãe e dois filhos em casa de familiares, também, no concelho de Palmela, na Quinta do Anjo mais quatro pessoas, no Pinhal Novo três pessoas e existem, neste momento, situações de alojamento disponível para mais trinta e duas pessoas, incluindo alojamento municipal. Entretanto, começaram a ser criados a nível nacional outros mecanismos de apoio pelo Governo, com apoios financeiros para alojamento temporário, procurando gerir tudo isto numa base de dados, pois existem situações em que particulares, muito generosamente, e no meio da emotividade, vão buscar pessoas às fronteiras e depois vêm para cá e questionam qual é o apoio da Câmara e qual é o apoio logístico existente sendo tudo muito legítimo. O **Sr. Presidente** refere que querem é acolher as pessoas, tratar bem quem sofre, quem vem fugido de um conflito, de uma guerra com as implicações que isto tem, mas tudo isto tem de ser devidamente organizado e tem que ser feito de uma forma responsável. As pessoas têm de ser integradas, existe um curso de formação em língua portuguesa para estrangeiros que foi praticamente preenchido a 100% com cidadãos ucranianos; os agrupamentos de escolas já receberam instruções de como tratar das equivalências e da inserção rápida das crianças na escola. Felizmente com a comunidade ucraniana existente há muita gente que está nesta rede de contactos de famílias e conhecidos, estando a existir preparação, a ser dado todo o apoio e a solidariedade que é imperativo e necessário. Refere ainda o Sr. Presidente que deve haver comunicação com a autarquia, não que esta queira tutelar tudo mas tem de se garantir as necessárias condições de acompanhamento destas pessoas: os acompanhamentos psicológicos e acompanhamento médico com a saúde já articulados de modo a ficarem logo inscritos no SNS (Serviço Nacional de Saúde), ter uma linha de apoio médico com tradutores, ou seja, fazer aquilo que deve mobilizar o país para acolher bem quem vem neste processo. Congratula-se o **Sr. Presidente** com a resposta da comunidade a todos os níveis, das Juntas, das IPSS, de uma rede ampliada e fortalecida com um conjunto de famílias que estão também generosamente e desinteressadamente a fazer este trabalho de acolhimento; um trabalho que já foi feito no passado no concelho de Palmela, não se falava muito, sempre sem pompa nem circunstância, com cidadãos de origem árabe e correu tudo bem. Pretende-se agora que a comunidade de ucranianos, que é significativa, fique bem instalada e feliz. Pessoas gostam de cá estar e estão disponíveis para acolher outros refugiados pelo tempo necessário mas de uma forma organizada, em rede e estruturada com a legitimação de um conjunto de dados e de informações, as inscrições em sistemas que têm que ser centralizados com outros organismos da administração central estando por isso o Município a assumir a sua responsabilidade, pelo que se partilha hoje com todos este trabalho que tem vindo a ser desenvolvido.

Saída da reunião do Sr. Presidente

Enquanto a Sra. Vereadora Fernanda Pésinho faz a apresentação do tema sobre o “Dia Internacional das Florestas”, ausenta-se da sala o Sr. Presidente, pelo que o comando da reunião é assumido pelo Sr. Vice-presidente, Luís Miguel Calha.

. Dia Internacional das Florestas – A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho refere que o Município irá comemorar o Dia Internacional das Florestas com um programa de atividades dirigido à comunidade educativa e à população em geral sensibilizando para a importância e salvaguarda da biodiversidade e das Florestas. Do programa previsto constam a edição de um conjunto de fichas informativas sobre as árvores de interesse público no Concelho de Palmela, promovendo-se o património natural único e a sua visita. Do programa consta ainda um conjunto de plantações simbólicas em espaço público, espécimes autóctones que irão contar com o envolvimento de alunos e professores, nomeadamente das escolas do 1º ciclo do ensino básico, decorrendo as ações entre os dias 22 a 25 de março, sendo abertas também à comunidade em geral. Estas contam ainda com o apoio do mecenato, de empresas, nomeadamente da Visteon e da JP Leitão que ofereceram diversos exemplares arbóreos e que participarão nestas datas nas ações de plantação; também no dia 21 de Março, com a participação de 150 alunos e professores do Centro de Estudos Geográficos do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa e com alunos, também as escolas do 1º ciclo, o Município irá proceder à plantação de cerca de 200 exemplares arbóreos em Pinhal Novo, Aires, Quinta do Anjo, ação de plantação na qual a colaboração da DSU (Divisão de Serviços Urbanos, o setor dos jardins, foi e será sempre fundamental. Através de iniciativa “Planta a Planta”, que se desenvolve no corredor da linha de água que atravessa o sobral de Quinta do Anjo, que se prolonga junto à ciclovia, serão plantados amieiros, espécie autóctone que faz parte deste ecossistema, dando desta forma continuidade à valorização da área envolvente do sobral de Quinta do Anjo, um dos povoamentos públicos de sobreiros mais importante do concelho. No âmbito da “Arrábida Walking Festival”, cujo tema central é a flora da Arrábida - e que também integra as celebrações do Dia Internacional das Florestas - far-se-á um conjunto de caminhadas das quais se destaca o percurso inclusivo a 27 de março na Quinta do Anjo, que se destina a portadores de incapacidade visual e que visa dar a conhecer a flora da Serra do Louro. Prevê-se, ainda, uma saída de campo guiada pelo autor da publicação “Orquídeas Silvestres da Arrábida na Serra do Louro” para divulgação da vertente natural do concelho. No âmbito deste dia comemorativo o Município irá ainda disponibilizar à população um conjunto de exemplares de árvores autóctones que se destinam não apenas aos municípios que dispõem de terreno adequado para a sua plantação, mas também às famílias que não dispoem de terreno, gostariam de adotar uma jovem árvore autóctone cuidando dela e acompanhando o seu crescimento sendo convidadas nas próximas edições do Dia da Floresta Autóctone em novembro a participar nas ações de plantação em espaço público. Ainda sobre a importância da floresta que simbolicamente queremos evocar com todas estas ações

referenciadas, a **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** dá nota que o Município irá intervir no extremo norte de Urbanização de Vale Flores em Pinhal Novo, com a plantação de espécies autóctones requalificando a área no sentido de se construir uma barreira acústica, face à fonte de ruído ferroviário que se verifica no local e reforçando a plantação arbórea no recinto do mercado mensal de Pinhal Novo contribuindo para a consolidação do património natural tão importante para a ação climática plasmada nos objetivos de desenvolvimento sustentável. Para o efeito, o Município apresentou uma candidatura ao programa COMPETE - apoio à transição climática, intervenções de resiliência dos territórios face ao risco com valorização de espaços verdes e criação de sombras em meio urbano. Trata-se de um projeto com um investimento global de setenta e cinco mil euros e que pretende reforçar a estrutura verde da vila para fazer face aos desafios climáticos nos anos vindouros procurando reforçar o conforto urbano. Recorda a importância de que mais de um terço do território português é constituído por área florestal representando a mais-valia efetiva na conservação da Natureza e da Biodiversidade na produção de oxigénio, na fixação de gases com efeito de estufa, proteção do solo e manutenção do próprio regime hídrico. A participação e colaboração de todas e todos é fundamental para a proteção da nossa floresta.

A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** deixa um agradecimento público às trabalhadoras e aos trabalhadores da Divisão de Serviços Urbanos - setor dos jardins e do Gabinete de Ambiente e Eficiência Energética que se envolveram na elaboração deste programa e nas plantações previstas, para além dos trabalhadores das freguesias que nalguns casos também se irão envolver nas próprias plantações, sem esquecer os trabalhadores da Divisão de Desenvolvimento Económico e Turismo; do Departamento de Educação e Coesão Social e do Departamento de Cultura, Desporto e Juventude numa parceria imprescindível, enriquecedora que fortalece os laços de equipa educativa que são enquanto organização, deixando um bem hajam a todos. A **Sra. Vereadora** dá, ainda, nota do Dia Mundial da Água que se assinala no dia 22 de março: o *stress* hídrico e a escassez de água estão na agenda política e social constituindo uma ameaça para a humanidade e para os ecossistemas. A situação de seca que o país atravessa não é pontual, é um fenómeno que se agravará à medida que o impacto das mudanças climáticas e a ocorrência de eventos extremos se forem acentuando juntamente com o aumento populacional.

Entrada na reunião do Sr. Presidente

Em seguida, o Sr. Presidente volta a entrar na sala e retoma a condução dos trabalhos.

. **Dia Mundial da Água** – A **Sra. Vereadora Fernanda Pésinho** refere que a Câmara Municipal de Palmela assinala o Dia Mundial da Água a 22 de março com a publicação da “Matriz de Água 2021”, uma ferramenta essencial na gestão deste bem valioso e cada vez mais

escasso recurso, permitindo num momento em que as alterações climáticas colocam desafios e responsabilidades acrescidos ao uso da água, uma avaliação estratégica e sustentável dos fluxos de água no Concelho. O Município de Palmela associa-se ainda à campanha H2O, promovida pela APDA - Associação Portuguesa dos Distribuidores de Água - e que visa impulsionar a mudança de comportamentos apelando a um uso eficiente da água. Em concreto, o Município apelará aos munícipes para que, em cada casa, de forma simbólica, se fechem as torneiras entre as 22 e as 23 horas, do dia 22 de março. A Câmara de Palmela prossegue assim na sensibilização para a sustentabilidade da gestão deste recurso essencial à vida em nome das gerações futuras, da proteção do ambiente e dos ecossistemas.

. Obra para instalação de balneários e sanitários no Polidesportivo do Bairro Alentejano – A Sra. Vereadora Fernanda Pésinho refere que foi adjudicada por 47.640,64€ a instalação de blocos de balneários e sanitários do polidesportivo do Bairro Alentejano; as instalações, no caso dos sanitários, destinam-se a atletas e ao público em geral e são uma estrutura de apoio àquele equipamento desportivo. O objetivo é dotar o espaço com melhores condições para a prática desportiva e para o apoio a outro tipo de eventos e em breve serão adjudicadas mais duas importantes obras na Freguesia: o novo parque de estacionamento em Quinta do Anjo e um espaço de jogo e recreio na mesma localidade. Em ambos os casos já houve abertura de propostas, está a decorrer a audiência prévia das entidades interessadas. Está também em concurso e em apresentação de propostas até ao dia 20 de março, a obra de construção de telheiros de ensombramento da Escola do Bairro Alentejano.

. Comemorações no âmbito do Dia Mundial do Teatro – A Sra. Vereadora Maria João Camolas refere que, após dois anos de pandemia, em que o público se viu afastado das salas de espetáculos e os artistas impedidos ou condicionados no desenvolvimento da sua atividade habitual, este ano as comemorações do Dia Mundial de Teatro pretendem retomar as dinâmicas locais garantindo a participação de todos bem como o retorno do público e dos artistas às salas de espetáculo demonstrando que o teatro e a cultura estão bem vivos no Concelho de Palmela. Destaca no programa cinco estreias dos grupos de amadores do Concelho, a apresentação do mais recente espetáculo Teatro Bando Paraíso Divina Comédia, que esteve em cena de 10 a 13 de março no Cine-Teatro São João e o acolhimento do espetáculo “Napoleão ou complexo de Épico” da companhia do Chapitô no próximo dia 27 de março, Dia Mundial do Teatro. Trata-se de um programa de elevada qualidade e contempla, ainda, uma homenagem a um grande homem do Teatro e da Cultura em Palmela, Rui Guerreiro do grupo ATA - Ação Teatral Artimanha - com o momento público de atribuição do seu nome ao Auditório Municipal de Pinhal Novo. Na presente data, no Concelho decorreram já três espetáculos, um *workshop* de

cenografia, um ensaio aberto com boa afluência do público e o envolvimento das estruturas locais perspetivando uma celebração mobilizadora desta arte com forte expressão no território e deixa o convite para o próximo dia 19 de março, pelas 21:30 horas, no Grupo Popular Recreativo Cabanense, conversas de outrora não admitidas pelo grupo ATA - Ação Teatral Artimanha - são oito monólogos selecionados de um conjunto de muitos outros em que cada um deles lida com a experiência feminina; uma reflexão sobre a relação da mulher com a sua própria sexualidade, feita com muito humor e sem preconceitos, uma abordagem divertida, hilariante, séria, íntima ao indecifrável universo feminino e que a todos deixa o convite.

. Resultados desportivos em destaque – A Sra. Vereadora Maria João Camolas refere que parabeniza a ciclista Ana Neves, da Associação Desportiva Bike and Nutrition por ter vencido a primeira prova de cinco provas da “Taça de Portugal Feminina de Ciclismo de Estrada” que se realizou no passado dia 13 de março, e deseja muitas forças e os maiores sucessos para as próximas etapas.

. Arrábida Walking Festival – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha refere, com satisfação, que a segunda edição da iniciativa irá realizar-se entre os dias 25 a 27 de março sobre o tema da flora; é uma iniciativa conjunta da empresa Biotrills com os Municípios de Setúbal, Sesimbra e Palmela; tem por base a oferta de vários percursos pedestres pelo território da Arrábida proporcionando uma oportunidade diferenciada para se conhecer o Parque Natural com experiências que possibilitam uma interação próxima com os vários ecossistemas a percorrer. O objetivo é identificar diferentes plantas em cada trilho e proporcionar uma visão global das especificidades da flora desta área protegida composta por cerca de 1450 espécies que correspondem, e pretende de enfatizar este número, a 40% da diversidade natural existente em Portugal. No geral, o programa apresenta diversas opções de percursos, diurnos e noturnos, com diversas intensidades, incluindo trilhos adaptados para crianças com o objetivo de proporcionar caminhadas em família. Mais refere que o evento vai disponibilizar um programa complementar de atividades, nomeadamente percursos temáticos, workshops, gastronómicos e de fotografia, visitas guiadas e uma caminhada acessível a pessoas com deficiência visual num percurso pedestre sensorial. Por último, refere que com a presente ação o Município dá continuidade à estratégia de desenvolvimento de Turismo de Natureza e de valorização do território contribuindo para a dinamização de projetos em cooperação para a centralidade Arrábida.

. Empreendedorismo e trabalho em rede – Desafios e oportunidades – O Sr. Vereador Luís Miguel Calha refere que, na sequência do protocolo existente entre o Município de Palmela e a Associação Industrial Portuguesa, Câmara de Comércio e Indústria, no

âmbito da Enterprise Europe Network, o Município irá realizar mais uma iniciativa em parceria: o encontro “Empreendedorismo e trabalho em rede - Desafios e oportunidades” no dia 23 de março em Palmela, no Auditório da Biblioteca Municipal. Este programa vai contar com um conjunto de intervenções e, para além da Associação Industrial Portuguesa, existirão comunicações. O parque da ciência é que irá abordar ecossistemas empreendedores e oportunidades de trabalho em rede. Estarão presentes, também, várias empresas residentes na incubadora do Município de Palmela. Com esta ação o Município contribui para a valorização do tecido económico instalado e o apoio às micro, pequenas e médias empresas ajudando o desenvolvimento de parcerias nacionais e internacionais e a potenciar atividades que promovem o território e criam emprego.

Assuntos apresentados pelos Srs. Vereadores Carlos de Sousa e Roberto Cortegano:

. Antigo cinema de S. Gonçalo, em Cabanas – O Sr. Vereador Carlos de Sousa refere que pretende colocar algumas questões no período de antes da ordem, estando a primeira questão relacionada com uma velha ambição da população de Cabanas relacionada com o antigo cinema. Há muita população de Cabanas que sonha que o seu velhinho cinema seja transformado num espaço comunitário com características sociais e culturais. Todas as outras freguesias já têm espaços com características semelhantes faltando dotar Cabanas com uma infraestrutura deste tipo. Em mandatos anteriores este projeto já esteve elencado em programas eleitorais, nomeadamente no da CDU (Coligação Democrática Unitária) pelo que questiona se será neste mandato que a Câmara Municipal irá satisfazer este desejo da população de Cabanas.

. Higiene e limpeza dos contentores de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) cheios por todo o concelho – O Sr. Vereador Carlos de Sousa refere que a problemática da falta de limpeza dos contentores cheios e a transbordar dos inúmeros lixeiros ao longo dos aceiros mantêm-se um pouco por todo o Concelho e também freguesia da Quinta do Anjo. Há que tomar medidas que solucionem este grave problema com impactos muito negativos na qualidade de vida dos cidadãos e da imagem do Concelho, nomeadamente, no seu desenvolvimento turístico. Assim, o MCCP sugere que se avance nas seguintes vertentes:

- 1 - aumentar o quadro de fiscais de ambiente e respetivos meios de deslocação. Esta questão relaciona-se com uma característica que o Concelho tem que é ter 600 quilómetros de aceiros municipais, o que naturalmente dificulta a fiscalização, daí esta sugestão;
- 2 - contribuir para que a Junta de Freguesia disponha de mais meios humanos e equipamentos técnicos para melhor levar à prática as suas co-responsabilidades nesta área;

3 - Dinamizar reuniões com a Amarsul para análise do atual sistema de contentorização, de recolha indiferenciada e localização de ecopontos com o objetivo de uma significativa melhoria neste serviço;

4 - o último ponto e que considera muito importante, a implementação de um plano de sensibilização, educação ambiental com uma duração de pelo menos 4 anos com abrangência intergeracional. Alguns dos problemas de higiene e limpeza que se vê no concelho, uns relacionados com os meios da Câmara Municipal e outros relacionados com a falta de sensibilização que uma parte significativa da população tem em relação a estas matérias. Ainda hoje de manhã, se viu um equipamento técnico colocado numa estação elevatória de esgotos, que foi lá colocado para retirar materiais que os cidadãos colocam nas suas casas de banho e não deveriam colocar, coisas que há 20/30 anos se falava tanto. É verdade que a sensibilização nesta matéria das populações demora muito tempo e internacionalmente isso está provado, daí a sugestão de um plano de sensibilização, mas contínuo, durante pelo menos 4 anos.

_ Rua Gil Eanes nos Portais da Arrábida, em Quinta do Anjo – O Sr. Vereador Carlos de Sousa volta a colocar a questão que já tinha colocado na passada reunião de 2 de fevereiro e, como ainda não foi resolvida, volta hoje a colocar a mesma questão, relacionada com a Rua Gil Eanes, em frente ao número 3, nos Portais da Arrábida, uma questão simples na sua opinião: um contentor de resíduos sólidos urbanos que foi retirado em abril de 2021, a gare ficou lá e o pavimento ainda não foi nivelado o que provoca alguns problemas relacionados com pessoas mais velhas ou crianças que passam por lá e tropeçam. Não é complexa a resolução deste assunto.

_ Rua João Vaz Corte Real nos Portais da Arrábida, em Quinta do Anjo – O Sr. Vereador Carlos de Sousa refere que, relativamente à Rua João Vaz Corte-Real, na transversal a seguir à Papelaria Tal e Qual nos Portais da Arrábida, há uns meses, houve um abatimento do pavimento o que fez com que a calçada em vidro tivesse abatido, sendo que as pessoas com mais dificuldade de locomoção ou de visão poderão cair ali.

_ Rua João dos Santos Pinto – O Sr. Vereador Carlos de Sousa refere que pretendia colocar outro assunto, porém, tendo em conta que teve a preocupação de durante a visita de hoje perguntar ao senhor Presidente da Junta e visto que o mesmo lhe respondeu que já tinha sido arranjado, não irá colocar a questão em relação à Rua dos João dos Santos Pinto, que foi recentemente arranjado.

. Guerra na Ucrânia (Europa) – O Sr. Vereador Roberto Cortegano refere que a situação que se vive na Ucrânia é das mais infelizes dos últimos 10 anos e significa o regresso da guerra na Europa, situação que nos afeta a todos e afetará não só a nível económico, material, mas também como seres humanos e como pessoas que somos; em pleno século XXI voltamos a ver guerra, desta forma desumana, nada aprendemos com o passado. Há cerca de um mês atrás ninguém imaginava que voltávamos a ter uma situação destas, aqui tão perto e no próprio continente europeu, não vale a pena muito mais palavras, porque nós como seres humanos, quando queremos sabemos fazer o bem, sabemos como o fazer; já Almada Negreiros no seu tempo dizia que: “Quando eu nasci as frases para salvar a humanidade já estavam todas feitas, só faltava mesmo era salvar a humanidade”. Ao mesmo tempo que temos visto estas atrocidades também verificamos uma onda de solidariedade a nível nacional, a uma escala mundial, se calhar, como nunca tínhamos assistido até aqui tanto a nível mundial, como em Portugal, como em Palmela; também a nível das autarquias, a nível das associações e o senhor Presidente respondeu a algumas questões que tinha para colocar, por exemplo, a nível do alojamento e do número de pessoas que existiria e condições para as alojar. Questiona se o Município tem algo previsto a nível de transporte de refugiados e da disponibilidade da Câmara para dispor o autocarro para trazer refugiados para Palmela.

. Homenagem a Sebastião Fortuna – O Sr. Vereador Roberto Cortegano refere que no dia no passado de 5 de março, na freguesia da Quinta do Anjo, teve lugar uma bonita iniciativa a um grande homem da Quinta do Anjo, o Sebastião Fortuna, um livro da poetisa Alexandrina Pereira, “o pintor de sonhos” uma homenagem a Sebastião Fortuna e aos seus quadros, recordando que pensa ter sido PSD o único partido que apresentou no seu último programa autárquico um centro de cultura viva dedicado a Sebastião Fortuna; considera que todo o seu espólio, todo o seu trabalho, não está exposto em local algum desde que não conseguiu manter o último local onde tinha a sua exposição. Questiona a Câmara Municipal se tem algo pensado para que Sebastião Fortuna consiga ter os seus trabalhos expostos num centro de cultura viva.

. Edificações no Parque Nacional da serra da Arrábida – O Sr. Vereador Roberto Cortegano refere que gostaria que a Câmara lhe informasse, visto já ter sido abordado por munícipes da Quinta do Anjo, acerca da construção que se verifica perto da Rua José Carvalho Braga e se é permitida naquela zona construir visto que existiu ali em tempos, segundo algumas pessoas da Quinta do Anjo, uma tabuleta a dizer “Parque Natural da Serra da Arrábida”. Questiona até que ponto pode ir a construção naquele local porque continua a construção a crescer e a aumentar.

. Impacto ambiental: lixeira a céu aberto, situada na Circular Sul da Autoeuropa – O Sr. Vereador Roberto Cortegano refere que na estrada que dá seguimento à circular Sul da Autoeuropa, uma estrada alcatroada que depois termina numa estrada de terra batida e que vem ter a Cabanas através da Rua da Várzea, depois pela Rua João Botelho e vem ter a Cabanas, essa continuação da circular Sul à Autoeuropa, que é uma estrada que tem cerca de 2/3 quilómetros de lixeira existe uma autêntica lixeira, está um pouco escondido porque não é uma estrada que tenha muito trânsito, mas é uma autêntica lixeira a céu aberto que gostava de saber se a Câmara tem alguma forma de prever que aquilo deixe de continuar daquela forma pois é uma das piores coisas que se pode ver a nível de impacto ambiental.

O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** coloca ainda a questão acerca do terreno que existe em frente à Adega Lima Fortuna, de terra batida que tem um muro, pensa que está prevista a construção de um estacionamento automóvel e questiona se está o mesmo previsto e para quando.

. Sinalização horizontal, sinalização vertical e lombas redutoras da velocidade – O Sr. Vereador Roberto Cortegano refere a falta de pintura de passadeiras e de sinalização horizontal principalmente em zonas escolares, sinalização vertical e algumas estradas com falta de lombas redutoras de velocidade, dando, como exemplo, uma estrada na Rua Manuel Martins Pitorra que liga a Rua 5 de Outubro à Rua de São Brás; que é uma estrada perigosa, em alguns pontos estreita, com curvas perigosas em que, muitas vezes, o limite de velocidade não é cumprido e considera que deveria haver no local alguma sinalização horizontal.

. Abandono dos espaços verdes na Urbanização Colinas da Arrábida – O Sr. Vereador Roberto Cortegano refere que existe algum descuido com o cuidado dos espaços verdes da freguesia, sendo mesmo já abordado por alguns munícipes nesse sentido, principalmente na zona das Colinas da Arrábida existe um certo abandono dos espaços verdes. Em alguns locais existem moradores que tentam no jardim público fazer as suas mini hortas, nada tem contra as hortas comunitárias que até deveriam de existir, mas em sítios que fossem específicos para tal e organizados para isso.

Refere, ainda, o **Sr. Vereador Roberto Cortegano** outra questão que, também, já foi colocada à Câmara Municipal, através da Junta de Freguesia há alguns meses atrás e que se relaciona com a praga de formigas que afeta a Quinta das Marquesas 1. Teve conhecimento que a Câmara Municipal respondeu que assim que fosse possível iria fazer uma desinfestação nesta zona. Pretende saber se está prevista ou se já foi feita a intervenção pois não tem essa informação.

Refere, ainda, que nos Portais da Arrábida existem algumas ruas com a pavimentação em muito mau estado, em concreto a Rua Sancho de Tovar; é uma questão que já foi colocada através de Freguesia à Câmara sendo que a resposta foi que seria feito logo que possível, pelo que questiona se está prevista e se sim, para quando.

. Edifícios abandonados: antigo matadouro (suinicultura do Garcia) / antigo cinema de S. Gonçalo, em Cabanas / fábrica da Socar – O Sr. Vereador Roberto Cortegano

refere que, na sequência de algumas questões colocadas por munícipes pretende saber se os espaços que identifica são ou não edifícios da Câmara: um antigo matadouro na Rua Joaquim Duarte Simões, um matadouro abandonado à imenso tempo; no fim da Rua 5 de Outubro, quem vai no sentido da Quinta do Anjo/Pinhal Novo no final da rua, já nas traseiras das Colinas da Arrábida onde havia antiga e chamada Suinicultura do Garcia, o edifício abandonado enorme há muitos anos. Pretende saber se a câmara tem conhecimento do que se poderá fazer no já citado antigo cinema de São Gonçalo. Também junto ao Minipreço, onde está o palacete e onde existe uma antiga fábrica que julga ter sido a fábrica da Socar, neste momento, não sabe se o edifício está abandonado, tal como o que está em frente que era uma antiga fábrica de tijolo, que pensa não estar abandonado pois passou lá e viu umas placas de Securitas, portanto, não sabe se o espaço que está a ser utilizado por alguém. Questiona a Câmara se tem conhecimento de quem lá está e do que está a ser feito.

Às questões colocadas pelos Srs. Vereadores Carlos de Sousa e Roberto Cortegano são dadas as seguintes respostas:

– **Antigo cinema de S. Gonçalo, em Cabanas – O Sr. Presidente** refere que o cinema de Cabanas não está no programa da CDU e, para já, não está no plano de mandato. Reconhece que há pessoas de Cabanas e de Quinta do Anjo que, legitimamente, do ponto de vista político, das opções e até de conservação do património, consideram que aquele espaço não deve nem ser demolido nem dar origem e outro tipo de equipamento que não seja de natureza cultural ou social, mas também é preciso ver se as vozes correspondem, de facto, à realidade. A Câmara está disponível para discutir com os cabanenses, com a comunidade, com a sua Junta de Freguesia se é esta ou outra centralidade que pretendem para mais um equipamento cultural descentrado desta centralidade onde estamos; se cada equipamento que estiver devoluto competir ao Estado Local adquiri-lo e torná-lo mais um equipamento fora de uma rede que tenha no seu conceito oportunidade de resposta a necessidades objetivas da população, fará sentido pensarmos nisso, mas também ao longo destes últimos anos, ouviram-se muitas histórias acerca de intenções de aquisição, de alienação, de outro tipo de equipamento para ali até de natureza social e, portanto, a Câmara não pretende competir nessa matéria com os privados que ali queiram aproveitar aquele edifício. O Município acompanha a situação, os

valores de mercado com atenção porque a oportunidade de aquisição de há uns anos para cá quintuplicou. Será um assunto a ver no futuro, mas refere que, objetivamente, não está no plano do mandato. Nos próximos 4 anos, 3 anos e meio, existem outras prioridades, mas estão disponíveis para discutir e analisar o assunto.

_ Higiene e limpeza dos contentores de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) cheios por

todo o concelho – O **Sr. Presidente** refere que toma nota de todas as sugestões, está inteiramente de acordo com elas. É isso que procuram sendo que irá agora ser lançada uma campanha sobre tratamento de resíduos verdes e monos que chegará a casa dos munícipes no próximo mês. Há seis meses houve uma excelente campanha da própria SIMARSUL, com outdoors, com publicações nas escolas, com uma exposição que esteve em vários espaços, sobre os cuidados a ter com aquilo que se depositava nos esgotos domésticos e pretende-se replicar o que foi feito e ter campanhas no terreno sobre esta matéria. O grande desafio é a fiscalização, controlo e os mecanismos coercivos para atuar em cima do acontecimento a tempo e a horas; pode chamar-se fiscais do ambiente ou outros fiscais que tal só funciona mesmo com a autoridade policial, às vezes é a mais eficaz nas nossas campanhas. Tem sido feito um esforço, inclusivamente contratar vigilância privada, dissimulada nalgumas zonas, para tentar encontrar alguns prevaricadores. Refere que estamos num ciclo menos positivo em matéria de comportamentos; mesmo em zonas onde há locais para a deposição seletiva, há pessoas que a poucos metros de distância estão a abandonar resíduos em zonas que são limpas há pouquíssimo tempo e este fim de semana o Sr. Presidente pediu fotografias para depois partilhar com a fiscalização; dá o exemplo de no local onde já lá esteve há oito dias um veículo dissimulado e um fiscal a tentar apanhar prevaricadores, passados três meses está-se numa situação idêntica à que existia no ano passado. Relativamente ao abandono de resíduos na reta do Picanço, refere que no ano passado foram feitas duas ações, uma por administração direta em que foram envolvidos meios mecânicos e também da rede viária, foram 28 camiões à beira da estrada, não foram limpar terrenos dos particulares e isto de entregar tudo na AMARSUL, ainda por cima de tudo misturado. Nesses resíduos encontrou-se de tudo, incluindo resíduos perigosos abandonados. O ideal seria era que cada proprietário tivesse os seus terrenos vedados. Na beira da estrada o Município tenta dar o seu contributo. Existiu também uma grande operação com a Brigada do Mar que vai voltar a partir da Primavera. Serão desenvolvidas algumas ações desta natureza com cidadania mais ativa, associações de ambiente, de escuteiros, para tentar chamar a atenção para este fenómeno do abandono dos resíduos. Quanto à questão da contentorização, está-se a avançar progressivamente, primeiro a apostar na recolha seletiva e uma das questões colocadas acerca da gare que falta tapar, não são uma, mas sim várias; tal está numa empreitada que será lançada com uma empresa externa que irá tapar uma série de antigas gares para contentores em zonas onde deixou de haver os contentores na rua e tem dado bom resultado; a limpeza do espaço público é mais

simples de fazer, com o porta a porta. Está também previsto no novo concurso de outsourcing, que virá a reunião de Câmara futuramente, para os próximos anos, e implicará a duplicação de circuitos também aqui em Cabanas, nesta zona mais dispersa e de moradia unifamiliar de quintalinhos; estamos a afinar modelos de recolha, ainda hoje se falou com a Junta de Freguesia acerca da necessidade de encontrar um espaço também para uma central de transferência, como já existe em Pinhal Novo, onde as pessoas de bom senso e bons cidadãos e empresas, gratuitamente, quando são obrigados a levar à AMARSUL, possam entregar resíduos para o tratamento devido e respetivo encaminhamento; neste primeiro ano de mandato já existem medidas concretas de reforço dos circuitos mas também de modos de recolha alternativo. Paralelamente, a questão da fiscalização é muito complexa, o senhor vereador irá dar nota de seguida mas terá a GNR de ser envolvida porque o território muito disperso; dos 957 quilómetros de caminhos públicos que o Concelho tem já chegámos ao 600 asfaltados pelo que têm vindo a ser reduzidos os quilómetros em termos de asfaltamento; reconhece, porém, que existem ainda muitos caminhos, um pouco por todo o lado e alguns em zonas que não estão ainda ocupadas, densificadas, ordenadas, como em Vila Amélia e toda esta zona, o eixo que vem até às Marquesas e às Cabanas aqui por trás, toca nas Marquesas V; os fenómenos de emparcelamento criam novos arruamentos. Por todo o lado, assiste-se em sítios onde não passava pela cabeça de ninguém encontrar um para-choques, uma banheira, um resto da obra. É impossível dar conta disto porque tal ocorre todos os dias. Na zona onde a Brigada do Mar interveio recolheram dezoito toneladas de resíduos, devidamente selecionados e ao fim do primeiro dia, o contentor tinha vinte metros cúbicos cheio de louça sanitária. Não se compreende o motivo pelo qual as pessoas não entregam este tipo de resíduos no sítio próprio. O Sr. Presidente refere por isso que estão inteiramente de acordo com a questão da sensibilização, está-se a começar por vários setores e tem de ser intergeracional, e será tida esta sensibilização com a própria entidade fiscalizadora.

Relativamente às outras questões como o abatimento de calçada, fica registado. Estando o senhor Presidente da Junta mais perto do terreno, poderá procurar acompanhar esta matéria.

– **Guerra na Ucrânia (Europa)** – O Sr. Presidente refere que, relativamente à questão do transporte de refugiados, a Câmara não o faz porque não existem meios para isso e segundo as orientações nacionais existentes, o Governo Português está a fazer corredores, transportes e questiona o Município acerca da disponibilidade e espaços para receber as famílias, pelo que se trabalha de forma articulada com as autoridades nacionais sobre esta matéria. Existem impulsos de associações, de particulares que trazem pessoas mas tal tem de ser muito bem escrutinado e saber com que interesses o fazem. Até há pessoas que se dirigem aos serviços da Câmara a dizer que estão disponíveis para receber cidadãos ucranianos de determinado género, de determinada idade, tratando do assunto “a pedido” e este assunto tem de ser tratado com calma; o Município está preparado para acolher bem quem quiser vir para o concelho de

Palmela, aposta-se sobretudo na rede de contactos dos ucranianos, porque eles estão em contacto diário com dezenas e dezenas de famílias suas conhecidas e outras desconhecidas porque dominam a língua, têm esses contactos e estão a fazer parte da solução da comunicação, do transporte e do acolhimento.

_ **Homenagem a Sebastião Fortuna** – O **Sr. Presidente** refere que o centro de cultura viva é um compromisso eleitoral do Partido Social Democrata. O Município, relativamente ao Sebastião Fortuna, cidadão, artista, sonhador, poeta, pintor, muito estimando, sempre abriu as suas portas para as suas exposições e para os seus eventos, para os seus projetos e para os seus sonhos. Não se pode comprar uma propriedade para ele fazer um centro de uma outra coisa qualquer. Refere o Sr. Presidente que há poucos meses falou com o senhor Sebastião Fortuna e com senhor Presidente da Junta também e existe disponibilidade para o apoiar pois tem um saber fazer, uma forma de estar na vida muito peculiar e é importante que ele passe este legado das mais diversas formas. Existe disponibilidade para trabalhar com ele, como com qualquer outro cidadão que, no plano das artes, queira pôr o seu saber ao serviço da comunidade e que contará com todos os apoios públicos.

_ **Edificações no Parque Nacional da Serra da Arrábida** – O **Sr. Presidente** refere que as placas que existem no Parque Natural da Arrábida, por exemplo a que está na estrada nacional 379 em Palmela, na bifurcação da Avenida da Liberdade, sendo que existem placas dessas em vários pontos, tal não significa que já se esteja dentro do Parque Nacional.

Se existe a construção no local indicado, ela está dentro do plano de urbanização da Quinta do Anjo, até porque não podia ser de outra forma. Existe o problema inverso pois o parque, nas zonas de franja, por questões de cartografia e por questões fundamentalistas, não permite a algumas pessoas, que até já lá têm casa, que os seus familiares ao lado possam construir, numa zona que é perímetro urbano, que não deixam construir porque acham que o parque deve é avançar mais para dentro da Quinta do Anjo. Se existe construção no local, ela está devidamente autorizada licenciada e respeita os limites do parque; as placas são sobretudo de informação e de sensibilização para quem passa para saber que está a entrar na zona da Arrábida, porque nós estamos na zona da Arrábida, mas há zonas urbana e há zonas onde a interdição de construir é total assim como há dentro do parque zonas de circulação interdita.

_ **Tema “Terreno da Adega Lima Fortuna”**, o **Sr. Presidente** refere que considera que o Sr. Vereador não tem acompanhado bem esta matéria porque nos últimos dois anos, depois do Município ter comprado o terreno, já esteve em concurso, ficou deserto, houve um novo concurso e está agora em fase de audiência prévia. Houve concorrentes, felizmente, não ficou

deserto e até dia 20 está em audiência prévia, o que significa que algum concorrente pode reclamar e, só depois desse prazo, é que se pode adjudicar. Vai ser ali o parque intermodal, com abrigos de passageiros, tomada e largada, com caixa fora da nacional com todo o conforto para quem ali fica, carregamento elétrico; vai ficar um espaço muito digno no coração da aldeia e desta feita não para.

_ **Tema da "Sinalização Horizontal"**, o **Sr. Presidente** refere que está a começar uma nova empreitada, a primeira de duas que será feita durante o ano. No que forem vias municipais procurar-se-á dar resposta às situações mais críticas, mas garante que à porta de estabelecimentos de ensino foi tudo revisto e foi tudo feito em setembro pelo que se escapou algum, não tem conhecimento e até lá costuma lá a passar à porta. Terão o cuidado de que o que houver a fazer será feito agora, nestes dois momentos. Os demais reparos e observações ficam registados.

_ **Edifícios abandonados: antigo matadouro (suinicultura do Garcia) / antigo cinema de S. Gonçalo, em Cabanas / fábrica da Socar** – O **Sr. Presidente** refere que o edifício do antigo matadouro é municipal e foi cedido ao agrupamento de escuteiros; foi objeto de análise na última reunião desta semana entre a Sra. vereadora e os escuteiros pois existe um projeto e importa limpar para depois se fazer ali alguma coisa. Não é possível fazer mais em termos de área por causa do parque que só permite reabilitação dentro daquela área de construção que já existia e depois fazer aquilo que lá se quer fazer porque são muito ciosos das novas construções ou das reabilitações em espaço do parque. Os outros edifícios sinalizados felizmente não são municipais e não conhece nenhuma pretensão para ali. Quando o Município recebe alguns investidores, têm sido sinalizados alguns espaços devolutos que, no entender da Câmara, merecem prioridade na sua ocupação, reabilitação ou renovação, consoante as funções económicas e habitacionais que ali se querem instalar em detrimento de utilizarem mais espaço, peri urbano ou mais espaço disperso ou rural; se essas construções já estão aqui mais próximas, obviamente, serão servidas de infraestruturas, de vias, e é aí que deve existir a reabilitação urbana. Não conhece nenhuma pretensão para os espaços indicados pelo Sr. Vereador, pois só conhece a pretensão da Junta de Freguesia que quer ficar com as instalações que hoje ocupa.

Relativamente ao espaço da Socar, refere o **Sr. Presidente** que por vezes aparece um investidor com um projeto, porém a Câmara não faz mediação imobiliária nem participa na discussão dos negócios, sendo pena que nunca mais aparece alguém que possa pegar naquele edificado e criar ali uma função útil para esta morfologia urbana da Quinta do Anjo. A Câmara estará atenta a estas oportunidades.

_ Abandono dos espaços verdes na Urbanização Colinas da Arrábida – O Sr. Presidente refere que não sabe se foi por ser Semana da Freguesia, mas quando vê a relva crescida ou alguma coisa a secar, telefona ao Sr. Presidente da Junta, mas da volta que deu hoje ficou com boa impressão dos espaços; sabem que há um canteiro ou outro que está previsto, o senhor Presidente da Junta falou nisto, na criação de bolsas de estacionamento, arborização, outros tipos de arranjo, reabilitar espaços com arranjos paisagísticos, colocar rotundas e, perante as propostas que a Junta tem, poderá ou não ser feito pela Câmara pois poderá ser feito pela Junta porque esta vai ver reforçados nos seus meios através da delegação de competências para ficar definitivamente com os espaços verdes na Freguesia. O reforço deverá ocorrer em junho ou julho, altura em que essa transferência deverá estar concluída, e ainda na área da limpeza, porque hoje o protocolo que existe para a higiene urbana tem um número reduzido de pessoas; a freguesia é grande, são 54 quilómetros quadrados, é maior que o concelho do Barreiro e depois tem em Quinta do Anjo, tem Cabanas, tem São Gonçalo, mas tem hoje também uma pequena cidadezinha que é as Marquesas I e III em que alguém vai ter que ir lá cortar as ervas e limpar e tem novos espaços urbanos emergentes em Vila Amélia, pelo que serão reforçados os meios e haverá negociações até junho.

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** usa da palavra para complementar a resposta do Sr. Presidente da Câmara, relativamente ao tema **“Higiene e limpeza dos contentores de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) cheios por todo o concelho”**, adiantando a seguinte informação:

. Refere que o Sr. Presidente, em traços gerais, definiu bem os limites da atuação da fiscalização, mas pretende dar alguns pormenores que traduzem a ação do serviço. Refere que o Município tem quatro fiscais, é uma realidade, que não serve de desculpa para nada pois entende que o trabalho tem de ser feito mais e melhor, é uma orientação usual do dia a dia, mas esses fiscais fazem todas as áreas, sendo definida uma escala. Relembra que quando pegou no pelouro ainda se fazia essa má utilização dos recursos que era deixar um fiscal, um em quatro, o dia inteiro num contentor, quando existiam tantos contentores e, como ainda tem de ser feito o registo fotográfico, não estão camuflados. De forma generalizada, define dois tipos de intervenção: a que se passa no perímetro urbano e que concorda perfeitamente que é uma questão também de educação, que é uma questão contínua que os anos e que as novas gerações vão minorar e que sendo, sobretudo em perímetro urbano, que é como quando cumprir o dia do mono, a definição do que é um mono, o que poder ser colocado no contentor, o colocar o saco da roupa ao lado do contentor em vez de o meter no depósito de roupas que vão para as instituições. Trata-se de um trabalho contínuo. Refere o **Sr. Vereador Pedro Taleço** que é um otimista e acredita que as gerações seguintes são sempre melhores que as passadas e será incorporada esta necessidade na educação das crianças, os futuros adultos, em termos do perímetro urbano, as campanhas adequam-se, são necessárias, como a questão da escala, onde entra a Vila Amélia, e locais com mais atividades empresariais. Junta-se a tudo isto

a dificuldade da prova. Pode-se encontrar um recibo junto a um contentor, mas existe a dificuldade de prova que foi aquela pessoa quem infringiu; tem de haver uma relação de prova mais forte, já se pensou em câmaras mas existe a proteção de dados. Tentou-se as empresas vigilância mas não houve resultados estrondosos nem provocaram uma alteração dos comportamentos até porque, como o senhor Presidente disse e disse bem, existem ruas que estiveram muito calmas, enquanto foram vigiadas, depois passado um tempo voltaram à mesma rotina pelo que o caminho é intensificar, será a partir da altura em que a campanha chegar às casas dos munícipes, se intensificarem as ações com a GNR, fizemos a última na Vila Amélia, que existirão melhores resultados; a intensificação destas ações passa até pelas ações normais de controlo de Trânsito da GNR, a verificação das guias de carga e o transporte em viaturas de resíduos, em que pode haver esse controlo em relação à guia e o local do seu destino final. Já se conseguiu de uma forma geral dar a volta à questão da Lei e da proteção dos dados serão instaladas câmaras de vigilância nos sítios considerados críticos. Provavelmente as câmaras serão amovíveis pois o Município não tem capacidade, nem teria lógica ser de outra forma e espera que, mais do que servir de meio de prova, tenham um efeito dissuasor sendo nisto que se deve apostar, é esse o sentido da ação, é nesses resultados que se devem apostar. As questões concretas são sempre muito poucas em relação aos resultados que se pretendem pelo desincentivo, pelo risco, pela questão de “não colocamos ali porque eles podem estar a filmar”, é este pensamento primário que se pretende primeiramente abordar.

Realça a disponibilidade com que a GNR e o SEPNA abordaram esta questão e este planeamento; encerra a intervenção agradecendo à Sra. Vereadora Fernanda Pésinho por ter relevado o papel da DECIO que está sempre disponível para ajudar os outros serviços em matérias que são da sua competência.

O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** intervém para fazer o reparo de que não lhe foi dada resposta ao assunto por si apresentado de **“Impacto ambiental: lixeira a céu aberto, situada na Circular Sul da Autoeuropa”**, ao que o **Sr. Presidente** responde, dizendo o seguinte: nessa matéria refere o Sr. Presidente que deu nota de que, para além de se terem retirado de lá vinte e oito camiões de resíduos, sendo que não consegue precisar o número de toneladas, recorda que pesou na fatura do pagamento à AMARSUL e foi nesse local feita a intervenção com a Brigada do Mar e vai voltar a ser feita outra ação dessa natureza em Abril. Não consegue ter data precisa, mas existe essa disponibilidade, sendo que a Brigada do Mar pretende instalar-se no Concelho e procura-se a cedência de um terreno para o efeito. A Brigada do Mar tem ajudado na identificação e na recolha de resíduos e com o apoio de várias entidades e de empresas e o Município também fará o seu o seu papel. Estão a ser preparadas algumas ações de vigilância e intervenção pois se circula um carro, uma pequena camioneta com resíduos e se os mandarem parar, têm de ser portadores de uma guia de entrega de resíduos na AMARSUL pois se não existir terá de ser levantado auto, até como forma de dar

exemplo. Até lá terá de se “correr atrás do prejuízo” e por vezes parar outros serviços e ir para lá há dois fins de semana, com uma retro e camiões; do ponto de vista ambiental já nem dá para fazer a seleção e a triagem daqueles resíduos, mas com a Brigada do Mar faz-se, sendo tudo separado. É necessário fazer uma limpeza a fundo das bermas e levar tudo, resíduos de construção, pneus. O Sr. Presidente aproveita a oportunidade para falar de uma outra campanha que terá de ser feita, dando o exemplo de quem compra pladur e quem trabalha na construção tem informação, pelos próprios fabricantes que o pladur e amianto não podem ser despejados e mesmo quando passa o carro dos monos, o carro não os leva porque não pode entrar com tal material no aterro, é material que tem de ser levado para outro local, que tem de ir noutro transporte. Está a ser preparada uma campanha, necessária para quem trabalha nesta área da construção que sabe muito bem o que é o amianto e o que é o pladur, que tipo de tratamento lhes deve dar e há particulares que pagam aos seus prestadores de serviços e nas suas obras pagam taxa de gestão de resíduos para entrega em aterro e ninguém os vai entregar em aterro nenhum, sendo o material deixado ao lado do contentor para um serviço que é pago por nós todos. Têm de ser tomadas várias medidas. É uma preocupação de muitas entidades gestoras e de muitos concelhos, mas agora interessa pensar em Palmela, na “nossa casa” e no nosso território.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente dá conhecimento que a Ordem do Dia desta reunião de Câmara é constituída pelos pontos que são enunciados no início desta ata.

Gabinete de Apoio à Presidência

Pelo **Sr. Presidente** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 1 – Aceitação de doação - Ratificação.

PROPOSTA N.º GAP 01_07-22:

«Através do Programa Mecenaz de Palmela, a Câmara Municipal apela, com regularidade, ao contributo de diversas empresas e instituições.

Nesse contexto, foi aceite, nos termos do disposto na alínea j) do nº 1, do artigo 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, uma doação em espécie efetuada pela Associação da Rota de Vinhos da Península de Setúbal, conforme informação técnica que se anexa.

ASSOCIAÇÃO DA ROTA DE	Apoio às Comemorações do Dia	24 Garrafas de vinho tinto
-----------------------	------------------------------	----------------------------

VINHOS DA PENÍNSULA DE SETÚBAL NIF: 505543745 Largo São João Baptista 1, 2950-214 Palmela	Internacional da Mulher	Villa Palma Adega; 18 Garrafas de vinho branco Villa Palmela Adega; 18 Garrafas de Moscatel de Setúbal da Cooperativa de Pegões
TOTAL		139,91 € (cento e trinta e nove euros e noventa e um cêntimos)

Tendo em consideração a data prevista para o convívio e a impossibilidade de reunir a Câmara Municipal em tempo útil, a aceitação da doação foi aprovada por despacho do Sr. Presidente da Câmara de 07/03/2022, ao abrigo do nº 3, do artigo 35º, do RJAL.

Assim, ao abrigo da legislação já referida, **propõe-se** a ratificação da aceitação da doação objeto da presente deliberação.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 2 – Aceitação de doação.

PROPOSTA N.º GAP 02_07-22:

«Dando continuidade ao Programa Mecenaz de Palmela, propõe-se que, de acordo com o disposto na alínea j) do nº 1, do artigo 33º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal **aceite a doação** que a seguir se discrimina:

EMPRESA	DOAÇÃO	PROJETO
INTERMARCHÉ, S.A. SUPERPALMELA SUPERMERCADOS NIF: 507545362 Cabeça do Velhinho - Vale de Benções 2950-439 Palmela	Doação monetária no valor de 2.500,00 euros (dois mil e quinhentos euros)	Apoio ao CROA – Centro de Recolha Oficial de Animais de Palmela

.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Gabinete de Participação e Cidadania

Pelo **Sr. Presidente** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 3 – Atribuição de comparticipação financeira à Junta de Freguesia de Quinta do Anjo a título de acerto ao Acordo de Execução “Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros”.

PROPOSTA N.º GPC 01_07-22:

«A Câmara Municipal de Palmela, para efeitos do disposto do nº 1 do artigo 120.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, estabeleceu com as Juntas de Freguesia para o mandato 2013-2017, no âmbito da delegação de competências prevista, contratos interadministrativos e acordos de execução, tendo os mesmos sido objeto de prorrogação para o atual mandato, conforme deliberação Municipal de 06/12/2021 e aprovação em sessão da Assembleia Municipal de 20/12/2021.

O Acordo de Execução “Limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros” estabelece os trabalhos de limpeza urbana, a realizar na área geográfica de circunscrição da Freguesia, por pessoal contratado pela Junta de Freguesia e destacado pela Câmara Municipal de Palmela, ao abrigo do referido Acordo.

Na sequência da aposentação de um trabalhador destacado pela Câmara Municipal, no primeiro semestre de 2021, a Junta de Freguesia teve a necessidade de recorrer à prestação de serviços, entre julho e dezembro de 2021.

Assim, nos termos dos números 1 e 2 do artigo 8º do Acordo de Execução, que estabelece as condições para acertos, designadamente quando a verba transferida anualmente não é suficiente para fazer face a encargos adicionais, **propõe-se** a atribuição de comparticipação financeira à Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, a título de acerto ao Acordo de Execução, no valor de 3.000,00 € (três mil euros), correspondente a seis meses de prestação de serviços, entre julho e dezembro de 2021.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Departamento de Administração Urbanística

Divisão de Atividades Económicas, Edificação e Reabilitação Urbana

Pelo **Sr. Presidente** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 4 – Relevante interesse público na área do Município para efeitos de isenção de pagamento de taxas municipais associada a operação urbanística de edificação e de autorização de utilização destinada ao exercício da atividade em Estrutura Residencial para Pessoas Idosas.

Requerente: Fundação COI – Centro de Ocupação Infantil (IPSS). Processo: E-4280/2021.
Local: Avenida Dr. António de Matos Fortuna, Quinta do Anjo – Freguesia de Quinta do Anjo.
Requerimento n.º 4115/2021.

PROPOSTA N.º DAU_DAEERU 01_07-22:

«A Fundação COI (FCOI), na qualidade de titular do processo n.º E-4280/2021, referente ao pedido de licenciamento da construção de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), em tramitação na Divisão de Atividades Económicas, Edificação e Reabilitação Urbana (DAEERU), solicitou a isenção do pagamento das respetivas taxas urbanísticas através do requerimento n.º 4115/2021, de 16 de julho.

De acordo com o disposto no Regulamento e Tabela de Taxas Municipais, nomeadamente na alínea b), do n.º 2, do art. 9.º, na redação em vigor que resulta da alteração publicada em Diário da República de 17 de fevereiro de 2016, com as alterações introduzidas pelos Avisos n.º 15364/2016, de 7 de dezembro, Aviso n.º 12252/2017, de 12 de outubro, Aviso n.º 15430/2017, de 21 de dezembro, Aviso n.º 399/2019, de 7 de janeiro, e Aviso n.º 777/2021, de 12 de janeiro, publicados no Diário da República, 2.ª série, estão isentas do pagamento de taxas as operações urbanísticas de edificação e de autorização de utilização ou sua alteração destinadas ao exercício da atividade, as associações culturais, desportivas, recreativas, instituições particulares de solidariedade social ou outras, legalmente constituídas, que na área do município, prossigam fins de relevante interesse público.

Neste contexto e visando esta disposição, a prestação do necessário apoio e incentivo às entidades sem fins lucrativos, com estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social, cujos fins visam a integração comunitária e social, que desempenham no nosso território um papel fundamental nas respostas à população, com impacto único no território e nos cidadãos, cumpre efetuar um escrutínio exigente e rigoroso das atividades e fins das instituições, por forma a distinguir esse papel de excelência e fundamentar o reconhecimento do relevante interesse público, obviando a desvalorização e generalização insustentável de uma medida que comporta diminuição de receitas para o Município, essenciais ao financiamento do esforço de realização e manutenção de infraestruturas públicas.

Assim, apreciados pela Divisão de Intervenção Social e Saúde (DISS), do Departamento da Educação e Coesão Social (DECS), conforme parecer n.º 4280/2021(9), emitido em 26.10.2021, o objeto social e a caracterização da instituição, a atividade desenvolvida, a aprovação em sede de concelho local de ação social de Palmela, o enquadramento preconizado pelas parcerias com entidades públicas, entre outros aspetos, resulta reconhecer a inegável importância que a Fundação COI assume no concelho, em cuja atividade se reconhecem contributos de relevo na oferta de serviços de apoio a crianças, a jovens e a idosos, apoio à família e apoio à integração social e comunitária.

Perante o exposto e nos termos dos n.ºs 2 e 9, do artigo 16.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, do artigo 3º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, e visando a atribuição de isenção prevista na alínea b) do n.º 2, do artigo 9º, do Regulamento e Tabela de Taxas Municipais, **propõe-se**, ao abrigo do n.º 2 do artigo 11.º do mesmo Regulamento, o reconhecimento pela Câmara Municipal de Palmela do direito à isenção de taxas prevista no Regulamento e Tabela de Taxas Municipais associadas à operação urbanística de edificação e autorização de utilização de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), ponderado o relevante interesse público que a Fundação COI prossegue na área do Município.»

PONTO 5 – Relevante interesse público na área do Município para efeitos de isenção de pagamento de taxas municipais associada a operação urbanística de edificação e de autorização de utilização destinada ao exercício de respostas sociais à infância e pessoas idosas

Requerente: Centro Social da Quinta do Anjo. Processo: E-6399/2020. Local: Rua Venâncio da Costa Lima, n.º 138, em Quinta do Anjo. Requerimento n.º 555/2022.

PROPOSTA N.º DAU_DAEERU 02_07-22:

«O Centro Social da Quinta do Anjo, na qualidade de titular do processo n.º E-6399/2020 referente ao pedido de licenciamento de obras de alteração/ampliação do edificado existente e autorização de utilização com vista à instalação de centro de dia e serviço de apoio domiciliário, nas instalações situadas na Rua Venâncio da Costa Lima n. 138 em Quinta do Anjo, solicitou a isenção do pagamento das respetivas taxas urbanísticas através do requerimento n.º 555/2022.

De acordo com o disposto no Regulamento e Tabela de Taxas Municipais, nomeadamente na alínea b), do n.º 2, do art. 9.º, na redação em vigor que resulta da alteração publicada em Diário da República, de 17 de fevereiro de 2016, com as alterações introduzidas pelos Avisos n.º 15364/2016, de 7 de dezembro, Aviso n.º 12252/2017, de 12 de outubro, Aviso n.º 15430/2017, de 21 de dezembro e Aviso n.º 399/2019 de 7 de janeiro, publicados no Diário da República, 2.ª série, estão isentas do pagamento de taxas as operações urbanísticas de edificação e de autorização de utilização ou sua alteração destinadas ao exercício da actividade, as associações culturais, desportivas, recreativas, instituições particulares de solidariedade social ou outras legalmente constituídas, que na área do município, prossigam fins de relevante interesse público, obviando a desvalorização e generalização insustentável de uma medida que comporta diminuição de receitas para o Município, essenciais ao financiamento do esforço de realização e manutenção de infraestruturas públicas.

Neste contexto e visando esta disposição, a prestação do necessário apoio e incentivo às entidades sem fins lucrativos, com estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social, cujos fins visam a integração comunitária e social, que desempenham no nosso território um papel fundamental nas respostas à população, com impacto único no território e nos cidadãos,

cumpra efetuar um escrutínio exigente e rigoroso das atividades e fins das instituições, por forma a distinguir esse papel de excelência e reconhecer o relevante interesse público.

O Centro Social da Quinta do Anjo é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, com estatutos aprovados e sem fins lucrativos, criada em 1979. Presentemente a instituição, na sequência do seu percurso de crescimento e amadurecimento, diversificou as suas respostas à comunidade disponibilizando, atualmente, um conjunto de importantes serviços de solidariedade social sem fins lucrativos, direcionados para as crianças, idosos e suas famílias, assegurando um considerável número de respostas às seguintes respostas sociais.

Esta instituição, de referência no concelho, profundamente reconhecida pelo município e pelos seus pares, pelo seu percurso profissional, pela sua intervenção cooperante e articulada com a rede social, pelo seu verdadeiro compromisso com o combate às formas de exclusão e pobreza, constitui-se uma entidade de interesse público no concelho de Palmela com projetos e trabalho desenvolvido no terreno prosseguindo fins de interesse público, assume relevante papel de solidariedade social e contribui, amplamente, para o reforço da coesão social.

Assim, apreciados pela Divisão de Intervenção Social e Saúde (DISS), do Departamento da Educação e Coesão Social (DECS), conforme parecer n.º 555/2022(3), emitido em 08.02.2021, o objeto social e a caracterização da instituição, a atividade desenvolvida, a aprovação em sede de concelho local de ação social de Palmela, o enquadramento preconizado pelas parcerias com entidades públicas, entre outros aspetos, resulta reconhecer a inegável importância que o Centro Social da Quinta do Anjo assume no concelho, em cuja atividade se reconhecem contributos de relevo na oferta de serviços direcionados para as crianças, idosos e suas famílias.

Perante o exposto e nos termos dos n.ºs 2 e 9, do artigo 16.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, do artigo 3º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, e visando a atribuição de isenção prevista na alínea b) do nº 2, do artigo 9º, do Regulamento e Tabela de Taxas Municipais, **propõe-se**, ao abrigo do n.º 2 do artigo 11.º do mesmo Regulamento, o reconhecimento pela Câmara Municipal de Palmela do direito à isenção de taxas prevista no Regulamento e Tabela de Taxas Municipais associadas às operações urbanísticas supra citadas, de ampliação/alteração e autorização de utilização para instalação de centro de dia e serviço de apoio domiciliário, ponderado o relevante interesse público que o Centro Social da Quinta do Anjo prossegue na área do Município.»

PONTO 6 – Relevante interesse público na área do Município para efeitos de isenção de pagamento de taxas municipais associada a operação urbanística de edificação e de autorização de utilização destinada ao exercício da atividade em Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário (SAD).

Requerente: Associação de Reformados Pensionistas e Idosos do Bairro Alentejano – ARPIBA.
Processo: E-669/09. Local: Rua do Rosmaninho e Rua do Pinhal, Barra Cheia – Freguesia de Quinta do Anjo. Requerimento n.º 719/2022.

PROPOSTA N.º DAU_DAEERU 03_07-22:

«A Associação de Reformados Pensionistas e Idosos do Bairro Alentejano – ARPIBA, na qualidade de titular do processo n.º E-669/09 referente ao pedido de renovação de licenciamento da construção de um Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), em tramitação na Divisão de Atividades Económicas, Edificação e Reabilitação Urbana (DAEERU), solicitou a isenção do pagamento das respetivas taxas urbanísticas através do requerimento n.º 719/2022, de 3 de fevereiro.

De acordo com o disposto no Regulamento e Tabela de Taxas Municipais, nomeadamente na alínea b), do n.º 2, do art. 9.º, na redação em vigor que resulta da alteração publicada em Diário da República de 17 de fevereiro de 2016, com as alterações introduzidas pelos Avisos n.º 15364/2016, de 7 de dezembro, Aviso n.º 12252/2017, de 12 de outubro, Aviso n.º 15430/2017, de 21 de dezembro, Aviso n.º 399/2019, de 7 de janeiro, e Aviso n.º 777/2021, de 12 de janeiro, publicados no Diário da República, 2.ª série, estão isentas do pagamento de taxas as operações urbanísticas de edificação e de autorização de utilização ou sua alteração destinadas ao exercício da atividade, as associações culturais, desportivas, recreativas, instituições particulares de solidariedade social ou outras, legalmente constituídas, que na área do município, prossigam fins de relevante interesse público.

Neste contexto e visando esta disposição, a prestação do necessário apoio e incentivo às entidades sem fins lucrativos, com estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social, cujos fins visam a integração comunitária e social, que desempenham no nosso território um papel fundamental nas respostas à população, com impacto único no território e nos cidadãos, cumpre efetuar um escrutínio exigente e rigoroso das atividades e fins das instituições, por forma a distinguir esse papel de excelência e fundamentar o reconhecimento do relevante interesse público, obviando a desvalorização e generalização insustentável de uma medida que comporta diminuição de receitas para o Município, essenciais ao financiamento do esforço de realização e manutenção de infraestruturas públicas.

Assim, apreciados pela Divisão de Intervenção Social e Saúde (DISS), do Departamento da Educação e Coesão Social (DECS), conforme parecer emitido em 09.02.2022, o objeto social e a caracterização da instituição, a atividade desenvolvida, a aprovação em sede de concelho local de ação social de Palmela, o enquadramento preconizado pelas parcerias com entidades públicas, nomeadamente com a própria autarquia, e a necessidade de reforçar a cobertura deste tipo de resposta social na Freguesia da Quinta do Anjo, entre outros aspetos, resulta reconhecer a inegável importância que a Associação de Reformados Pensionistas e Idosos do Bairro Alentejano – ARPIBA assume no concelho, em cuja atividade se reconhecem contributos de relevo na oferta de serviços de apoio a pessoas idosas e suas famílias.

Perante o exposto e nos termos dos n.ºs 2 e 9 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, do artigo 3º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, e visando a atribuição de isenção prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 9º do Regulamento e Tabela de Taxas Municipais, **propõe-se**, ao abrigo do n.º 2 do artigo 11.º do mesmo Regulamento, o reconhecimento pela Câmara Municipal de Palmela do direito à isenção de taxas prevista no Regulamento e Tabela de Taxas Municipais associadas à operação urbanística de edificação e autorização de utilização de Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), ponderado o relevante interesse público que a Associação de Reformados Pensionistas e Idosos do Bairro Alentejano – ARPIBA prossegue na área do Município.»

PONTO 7 – Relevante interesse público na área do Município para efeitos de isenção de pagamento de taxas municipais associada à operação urbanística de legalização de obras de ampliação, com obras de alteração de fachadas e interiores, e autorização de utilização

Requerente: Santa Casa da Misericórdia de Palmela (IPSS). Processo: E-131/1996. Local: Avenida Rainha D. Leonor – Palmela.

PROPOSTA N.º DAU_DAEERU 04_07-22:

«A Santa Casa da Misericórdia de Palmela, na qualidade de titular do processo n.º E-131/1996, referente ao pedido de Legalização do Centro Clínico, da Ampliação da Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, com execução de obras no interior e nas fachadas, em tramitação na Divisão de Atividades Económicas, Edificação e Reabilitação Urbana (DAEERU), solicitou a isenção do pagamento das respetivas taxas urbanísticas através do requerimento n.º 934/2022, de 11 de fevereiro.

De acordo com o disposto no Regulamento e Tabela de Taxas Municipais, nomeadamente na alínea b), do n.º 2, do art. 9.º, na redação em vigor que resulta da alteração publicada em Diário da República de 17 de fevereiro de 2016, com as alterações introduzidas pelos Avisos n.º 15364/2016, de 7 de dezembro, Aviso n.º 12252/2017, de 12 de outubro, Aviso n.º 15430/2017, de 21 de dezembro, Aviso n.º 399/2019, de 7 de janeiro e, Aviso n.º 777/2021, de 12 de janeiro, publicados no Diário da República, 2.ª série, estão isentas do pagamento de taxas as operações urbanísticas de edificação e, de autorização de utilização ou sua alteração destinadas ao exercício da atividade, as associações culturais, desportivas, recreativas, instituições particulares de solidariedade social ou outras, legalmente constituídas, que na área do município, prossigam fins de relevante interesse público.

Neste contexto e, visando esta disposição, a prestação do necessário apoio e incentivo às entidades sem fins lucrativos, com estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), cujos fins visam a integração comunitária e social, que desempenham no nosso território um papel fundamental nas respostas à população idosa, com impacto único no

território e nos cidadãos, cumpre efetuar um escrutínio exigente e rigoroso das atividades e fins das instituições, por forma a distinguir esse papel de excelência e fundamentar o reconhecimento do relevante interesse público, obviando a desvalorização e generalização insustentável de uma medida que comporta diminuição de receitas para o Município, essenciais ao financiamento do esforço de realização e manutenção de infraestruturas públicas.

Assim, apreciado pela Divisão de Intervenção Social e Saúde (DISS), do Departamento da Educação e Coesão Social (DECS), conforme parecer técnico emitido em 2022/03/02, o objeto social e a caracterização da instituição, a atividade desenvolvida, nas valências de que dispõe “...como organização com intervenção no concelho de Palmela promotora de respostas que procuram cuidar das pessoas idosas e suas famílias. Com uma tradição ao nível de um trabalho que responde às necessidades da população idosa, com intervenção com a comunidade, refira-se a cooperação e articulação com a Escola Secundária de Palmela, materializada na atribuição de bolsas “Álvaro Carvalho Cardoso”, a realização da Caminhada Solidária “Viver +”, a participação nos Fóruns Sociais Palmela, nas várias iniciativas desenvolvidas no âmbito do Programa

Municipal de Apoio à Pessoa Idosa, no Festival ExpressArte, entre outras iniciativas desenvolvidas na comunidade;

- a legalização do edifício com utilização de Lar e Centro Clínico da SCMP é fundamental para a melhoria das condições de funcionamento da instituição, com repercussões diretas na prestação de cuidados à comunidade que acolhe, revestindo-se de extrema importância a candidatura ao PRR - Respostas Sociais como uma oportunidade para qualificar o edifício;

- considera-se a Santa Casa da Misericórdia de Palmela uma entidade de interesse público no concelho de Palmela pelo relevante papel de solidariedade social que desenvolve através das suas respostas sociais, contribuindo amplamente, para o reforço da coesão social, pelo que, de acordo com o solicitado e atendendo ao exposto, considerando que a Santa Casa da Misericórdia de Palmela é uma IPSS legalmente constituída, com projetos e trabalho desenvolvido no terreno que prossegue fins de interesse público...”

Perante o exposto e nos termos dos n.ºs. 2 e 9 do artigo 16.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, do artigo 3.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, e visando a atribuição de isenção prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 9.º do Regulamento e Tabela de Taxas Municipais, **propõe-se**, ao abrigo do n.º 2 do artigo 11.º do mesmo Regulamento, o reconhecimento pela Câmara Municipal de Palmela do direito à isenção de taxas prevista no Regulamento e Tabela de Taxas Municipais associadas à operação urbanística de Legalização e Edificação e, sequente autorização de utilização.»

Sobre as propostas Divisão de Atividades Económicas, Edificação e Reabilitação Urbana, designadas por Pontos 4, 5, 6 e 7, intervém:

O **Sr. Presidente** pediu autorização previamente para apresentar as propostas 4, 5, 6 e 7 em bloco e votar separadamente.

Da atribuição do estatuto de relevante interesse público na área do Município de Palmela para efeitos de isenção de pagamento de taxas municipais associadas a operações urbanísticas de várias IPSS do nosso Concelho que apoiadas pelo Município, umas com terrenos outras, outras com apoio técnico e apoio financeiro, depois de terem tentado as suas candidaturas ao PARES 3, viu-se que era mais vantajoso irem ao PRR e em tempo recorde tivemos que aprovar projetos de licenciamento para se candidatarem até ao pretérito dia 7 de Março. Os projetos foram todos apresentados e licenciados e esperemos que as candidaturas saiam vencedoras, mas existe a atribuição desta condição de que o interesse público na área do Município para estas IPSS com este Estatuto, podermos isentar de taxas urbanísticas estas operações das várias IPSS. O ponto número 4, trata-se da Fundação COI e este estatuto para efeitos de isenção de pagamento de taxas municipais está associado a uma operação urbanística de edificação e de autorização de utilização destinado ao exercício da atividade em estrutura residencial para pessoas idosas. É conhecido o trabalho desta Fundação na área do nosso Concelho e também são conhecidas as carências que o Concelho tem ao nível destas respostas sociais, os nossos serviços, em particular da divisão de Intervenção Social e Saúde fundamentam a importância e o objeto social e a caracterização da instituição, a atividade desenvolvida e o seu o seu mérito e por isso também confiamos com a cedência do terreno e com a aprovação desta candidatura e deste projeto. Assim, dada a importância que a Fundação tem o seu trabalho no Concelho nesta área das respostas sociais o que se pretende é que reconheçamos este relevante interesse público para que possa vir ser concedida a isenção das taxas no âmbito daquilo que está no nosso regulamento e tabelas, taxas municipais.

Da parte do Centro Social de Quinta do Anjo, uma operação urbanística da edificação e da autorização de utilização destinada também à criação de respostas sociais à infância e a pessoas idosas, obras que vão também realizar também é conhecido o desempenho mérito desta instituição particular de solidariedade social e também se pretende aprovar este relevante interesse público para o mesmo fim, também para vir a beneficiar de isenção de taxas no âmbito daquilo que está no nosso regulamento de tabela de taxas. No ponto número 6, também um relevante interesse público da área do Município para efeitos de isenção de pagamento de taxas desta feita ao centro de dia e serviço de apoio domiciliário da Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos do Bairro Alentejano, outra instituição desta Freguesia que já tem uma fase do seu investimento concluída e para concluir toda a obra precisa desta candidatura que fez também ao programa do PRR, sendo a isenção já mais reduzida porque já obtiveram noutra reunião o mesmo estatuto e isenção de taxas de construção que foi por fases, sendo agora, sobretudo, para autorização de autorização, para a segunda fase. Um valor substancialmente inferior que está em causa.

Quanto ao ponto n.º 7, de interesse público relevante para o Município, para efeito de isenção de pagamento de taxas municipais associado à operação urbanística de legalização e de obras de ampliação com alteração de fachadas interiores e também para o título de autorização de utilização para a Santa Casa da Misericórdia de Palmela; uma IPSS e que está a procurar regularizar algumas ampliações e melhorias nas suas instalações.

Os fundamentos são os mesmos, o mérito também eu estando em causa um conjunto de novos investimentos, as nossas IPSS que esperamos sejam apoiados em termos do PRR para além dos apoios municipais em terrenos e também isenção de taxas e nalguns casos, em comparticipação da obra, aumentarão a capacidade destas respostas sociais para mais 276 utentes do Concelho sem contar com os 84 da Santa Casa da Misericórdia, porque trata-se de legalização de ampliações; o estatuto de relevante interesse público a isentar de taxas estas instituições num valor global de 236.639,31€. O Município considera que faz sentido privar-se destes proveitos pois são importantíssimos, estratégicos e aumentam a capacidade das respostas sociais do nosso Concelho e é um esforço que vale a pena fazer.

Em relação à proposta de Relevante interesse público na área do Município para efeitos de isenção de pagamento de taxas municipais associada a operação urbanística de edificação e de autorização de utilização destinada ao exercício da atividade em Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, numerada DAU_DAEERU 01_07-22 (Ponto 4), intervém:

O **Sr. Vereador Pedro Taleço** solicita o uso da palavra para pedir escusa da votação desta proposta. O pedido de escusa foi aceite pelo **Sr. Presidente**.

Submetida a votação a proposta designada por Ponto 4, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Submetida a votação a proposta designada por Ponto 5, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Submetida a votação a proposta designada por Ponto 6, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Submetida a votação a proposta designada por Ponto 7, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Divisão de Desenvolvimento Económico e Turismo

Pelo **Sr. Vereador Luís Miguel Calha** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 8 – Atribuição de apoio financeiro à Associação Recreativa e Cultural de Fernando Pó no âmbito da realização da 25.ª edição da Mostra de Vinhos em Fernando Pó.

PROPOSTA N.º DDET 01_07-22:

«Após dois anos de interrupção forçada pela pandemia 2022 é o ano do regresso físico da Mostra de Vinhos de Fernando Pó. A 25.ª edição desta relevante iniciativa visa a promoção e valorização dos vinhos produzidos nas freguesias de Poceirão e Marateca e terá lugar nos dias 29, 30 de abril e 1 de maio, na Associação Cultural e Recreativa de Fernando Pó.

Em 2021, a Mostra decorreu em versão digital, criando, com o apoio do Município de Palmela, uma loja de vinhos online, que continua disponível de forma permanente e aberta a todas/os as/os produtoras/es que ali queiram comercializar os seus produtos. Esta loja integra a página institucional do evento e um repositório da Mostra de Vinhos, no qual se apresenta a história e um conjunto de imagens ilustrativas de anteriores edições.

No programa que se encontra a ser preparado, farão parte, entre outros: exposição de vinhos, pavilhão de provas com diversas novidades, animação, música, showcooking e prémio do público, objetivando voltar a (re)posicionar a iniciativa nos patamares de qualidade que contribuem para a promoção do território e dos seus agentes.

Para o Município de Palmela a promoção de produtos tradicionais e da vinicultura é determinante para a preservação dos ecossistemas rurais e para um desenvolvimento sustentável do território, pelo que atendendo às características únicas da Mostra de Vinhos de Fernando Pó, cuja organização complexa exige um vasto conjunto de recursos, **propõe-se**, para além dos apoios logísticos e técnicos, e de acordo com o disposto na alínea u) n.º 1, do art.º 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, atribuir um apoio financeiro de € 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros) à Associação Cultural e Recreativa de Fernando Pó, por forma a contribuir para a realização e organização deste evento.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Antes da leitura da proposta designada por Ponto 9, o Sr. Vereador Luís Miguel Calha faz uma nota introdutória, que se transcreve em seguida:

O Sr. Vereador refere que é com grande satisfação que apresenta esta proposta de atribuição de apoio financeiro à associação Recreativa e Cultural de Fernando Pó no âmbito da realização da 25.ª edição da mostra de Vinhos de Fernando Pó. Depois de dois anos de interrupção motivados pela pandemia a mostra de vinhos está de volta, trata-se da 25.ª edição, é um evento que, embora o programa esteja ainda a ser preparado, tem um conjunto de novidades e de fatores de inovação.

PONTO 9 – Parecer sobre a Cooperativa Biovilla para efeitos de atribuição de Estatuto de Utilidade Pública.

PROPOSTA N.º DDET 02_07-22:

«A Biovilla, com a denominação social de BVLL – Cooperativa para o Desenvolvimento Sustentável C.R.L., sediada em Vale dos Barris, Parque Natural da Arrábida, iniciou o processo tendente à atribuição de Estatuto de Utilidade Pública. Deste modo, de acordo com a solicitação formulada pela Secretaria-Geral da Presidência de Conselho de Ministros, nos termos do n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de novembro, **propõe-se** a aprovação do seguinte parecer:

«A Biovilla é uma cooperativa fundada em 12 de fevereiro de 2010, que conta com 18 cooperadores. Instalada em pleno Parque Natural da Arrábida, no sopé da Serra de São Luís, a Biovilla é um projeto de Inovação Social, organizado num formato de cooperativa sem fins lucrativos, que alia a Educação para a Sustentabilidade, o Turismo de Natureza e um investimento na regeneração da paisagem ecológica e social local numa lógica integrada e multidisciplinar.

Tendo como valores base a confiança, o compromisso, a cooperação e a resiliência, a Biovilla apresenta-se como um espaço de inovação e de busca de soluções e alternativas para os desafios atuais da humanidade. É, portanto, um projeto de Sustentabilidade e Permacultura, materializado no Parque Natural da Arrábida enquanto local de experimentação de tecnologia e modelos de gestão para a sustentabilidade recorrendo a práticas (inter)nacionais quer ao nível das empresas, como de comunidades e ecoaldeias.

O trabalho em desenvolvimento – em múltiplos domínios tais como Sementes e Floresta Autóctone, Horta Biológica, Agroturismo/Turismo da Natureza, Transformação de Alimentos e Alimentação Saudável - comunga em absoluto com diversos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS.

No âmbito da sua atuação e tendo por base as diversas áreas de trabalho, foi concebido o VER - Viveiro de Emprego Regenerador, programa de criação de auto-emprego e/ou aumento de rendimentos com base em negócios regenerativos para todo o ecossistema, fruto de candidatura realizada no âmbito da Portugal Inovação Social, em concreto, o programa “Parcerias para o Impacto”. Este programa encontra-se na sua 2.ª edição e está entre os 20 projetos selecionados para “Fazer Acontecer a Europa Social”, uma campanha que surgiu no contexto do Pilar Europeu dos Direitos Sociais e que foi o foco da Cimeira Social do Porto (2021), apontado como o ponto alto da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia.

Fruto do historial desta instituição, trabalho desenvolvido e em desenvolvimento, em prole da comunidade, do território e do património natural, a Biovilla tem alcançado vários apoios importantes, valiosas parcerias e diversos reconhecimentos:

- Em 2017 foi presenteada pelo Município de Palmela com a Medalha Municipal de Mérito em Turismo Sustentável;
- Em 2018 a Horta obtém o selo de certificado de produção biológica, garantindo a qualidade da agrofloresta e trabalho em permacultura, pela CERTIPLANET;
- Em 2018, 2019 e 2020 é reconhecida pela APEE – Associação Portuguesa de Ética Empresarial, na 4.ª e 5.ª Cerimónias de Atribuição do Reconhecimento de Práticas em Responsabilidade Social e Sustentabilidade, como a melhor prática no ODS 12 – PRODUÇÃO E CONSUMOS SUSTENTÁVEIS;
- Em 2019 participou no programa COMPOSE como projeto piloto pelas mãos da ENA-Agência de Energia e Ambiente da Arrábida;
- Em 2019 vê reforçado o Apoio do Turismo de Portugal e POR LISBOA para a expansão da vertente Turismo de Natureza;
- Em 2020 foi vencedora dos Green Project Awards na Categoria de Turismo;
- Em 2021 foi agraciada com o Galardão de ECO Empresa concebido pelo Município de Palmela, projeto que reconhece práticas e ações de empresas locais que obtenham melhorias de qualidade ambiental, nomeadamente na gestão de água, resíduos, energia, mobilidade e consumo;
- Em 2020 e 2021, foi, ainda, reconhecida como “Rising Star” na categoria Negócios e Biodiversidade dos European Business Awards for the Environment, uma iniciativa da Comissão Europeia enquadrada no novo Green Deal;
- No contexto da experiência desenvolvida ao longo dos 11 anos de existência, é prática corrente participar em palestras como ‘case study’, no âmbito do ‘turismo sustentável’.

Face ao exposto, considerando o historial, património construído, projetos e atividades em desenvolvimento e o impacto social desta instituição, o Município de Palmela considera que a Cooperativa Biovilla é merecedora da obtenção do Estatuto de Utilidade Pública.»

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

Departamento de Cultura, Desporto e Juventude

Pela **Sra. Vereadora Maria João Camolas** são apresentadas as seguintes propostas:

PONTO 10 – Palmela Desporto, Empresa Local de Promoção do Desporto, Saúde e Qualidade de Vida, E.M. Unipessoal, Lda. – Proposta de novos preços máximos a

aplicar relativamente à utilização do Pavilhão Municipal José Silvério – sentido de voto do Município.

PROPOSTA N.º DCDJ 01_07-22:

«Na sequência da requalificação do Polidesportivo de Poceirão, resultante de candidatura no quadro do Plano de Ação Integrada para as Comunidades Desfavorecidas (PAICD), foi inaugurado, no passado dia 5 de março, o Pavilhão Municipal José Silvério.

No âmbito da política desportiva do Município, este equipamento, a exemplo de outros equipamentos desportivos municipais, será gerido pela empresa municipal Palmela Desporto, E.M..

Assim, uma vez que a atual tabela de preços da empresa municipal não contempla a utilização do Pavilhão Municipal José Silvério, há necessidade de atualizar a referida tabela, acrescentando os valores indicados no documento em anexo, o qual faz parte integrante da presente proposta.

Dando cumprimento aos Estatutos da Palmela Desporto, Empresa Local de Promoção do Desporto, Saúde e Qualidade de Vida E.M. Unipessoal, Lda., compete ao representante da Câmara Municipal exercer de forma vinculada à posição do Município, o seu direito de voto na Assembleia Geral.

Assim **propõe-se**, em conformidade com o n.º 5, do artigo 9.º, dos Estatutos supra referenciados, que o sentido de voto do representante do Município seja de aprovação dos valores indicados.»

Sobre a proposta de Palmela Desporto, Empresa Local de Promoção do Desporto, Saúde e Qualidade de Vida, E.M. Unipessoal, Lda. – Proposta de novos preços máximos a aplicar relativamente à utilização do Pavilhão Municipal José Silvério – sentido de voto do Município, numerada DCDJ 01_07-22, intervêm:

O **Sr. Vereador Carlos de Sousa** questiona se os valores apresentados são iguais ou diferentes para o mesmo tipo de utilização, por exemplo, dos valores do pavilhão do Pinhal Novo.

O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** refere que já comparou os valores apresentados com os valores aplicados no pavilhão do Pinhal Novo, confirmando que são exatamente iguais para os serviços, sendo idênticos em Oeiras; refere que verifica que no pavilhão municipal do Pinhal Novo há descontos para certas modalidades, para instituições sociais 50%, para equipas com um certo número de menores de 16 anos, para equipas com deficientes; apenas não verificou com os preços praticados no Poceirão, não sabe se está ou não está publicado mas se está publicado não reparou.

O **Sr. Presidente** refere que existe um regulamento municipal que prevê esses descontos e essas dimensões para todos os equipamentos desportivos, o regulamento tem esses princípios das reduções das sessões, como não existia este equipamento e este equipamento é novo, terá de se trazer a reunião de câmara a tarifa específica, mas o regulamento está associado a este e a outros equipamentos e permanece o mesmo há muitos anos.

A **Sra Vereadora Maria João Camolas** refere que mantêm naturalmente a política sendo que os 50% de desconto e isenções mantêm-se.

O **Sr. Presidente** refere que o que vigora é um regulamento que estabelece as isenções, reduções e o tipo de entidades; podem ser acrescentados novos utilizadores, clubes e associações, mas isso é outra matéria que será protocolada com a Câmara, com um contrato-programa para se poderem utilizar as instalações gratuitamente ou não. Sendo um apoio municipal, será o pedido apresentado em reunião de câmara para cada um dos casos, quando for caso disso.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

PONTO 11 – Nomeação do fiscal único da Palmela Desporto, Empresa Local de Promoção do Desporto, Saúde e Qualidade de Vida, E.M. Unipessoal, Lda., nos termos do n.º 3, do artigo 26º, da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto.

PROPOSTA N.º DCDJ 02_07-22:

«A Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto (aprova o Regime Jurídico da Atividade Empresarial e das Participações Locais), estipula, no seu artigo 25.º, que as empresas locais dispõem sempre de uma assembleia geral e de um fiscal único, sendo este último obrigatoriamente um revisor oficial de contas ou uma sociedade de revisores oficiais de contas.

Refere ainda o citado diploma, no seu artigo 26.º, que compete ao órgão deliberativo da entidade pública participante designar o fiscal único da empresa local, sob proposta do órgão executivo.

A empresa municipal Palmela Desporto, Empresa Local de Promoção do Desporto, Saúde e Qualidade de Vida, E.M. Unipessoal, Lda. (Palmela Desporto, E.M.), desenvolveu o procedimento administrativo para a formação de contrato tendente à adjudicação da prestação deste serviço, ao abrigo do Código da Contratação Pública.

Face ao exposto, e em conformidade com o n.º 1, do artigo 14.º, dos Estatutos da Palmela Desporto, Empresa Local de Promoção do Desporto, Saúde e Qualidade de Vida E.M. Unipessoal, Lda., **propõe-se** que, nos termos e para os efeitos do disposto do artigo 26.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, seja submetido a deliberação da Assembleia Municipal, a

designação da empresa "UHY & Associados, SROC, Lda.", fiscal único da empresa municipal Palmela Desporto, E.M., para os anos económicos 2022 a 2025.

Anexam-se deliberação do Conselho de Gestão da Palmela Desporto, EM, relatório final do júri do procedimento de consulta prévia para serviços de auditoria externa às contas da Palmela Desporto para os anos económicos 2022 a 2025 e documentação referente à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas "UHY & Associados, SROC, Lda.", empresa selecionada, os quais fazem parte integrante da presente proposta.»

Sobre a proposta de Nomeação do fiscal único da Palmela Desporto, Empresa Local de Promoção do Desporto, Saúde e Qualidade de Vida, E.M. Unipessoal, Lda., nos termos do n.º 3, do artigo 26º, da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, numerada DCDJ 02_07-22, intervêm:

O **Sr. Vereador Roberto Cortegano** refere que tem uma dúvida e curiosidade que é saber se a empresa é a mesma pois a si parece-lhe a mesma que estava no mandato anterior; tem a curiosidade de saber há quantos anos é a mesma empresa pois existem várias empresas que que concorrem, outras não dão resposta e pelo que verificou existem duas empresas que responderam. Questiona qual o motivo para ser sempre a mesma empresa a responder ao concurso.

O **Sr. Presidente** refere que a questão está respondida através da leitura dos anexos da proposta, é feito um concurso público, há concorrentes, há quem concorra, há quem seja convidado, há quem não apresente proposta, há quem apresente proposta. O critério usado foi o mais barato. Se foi a que concorreu, outros poderiam ter concorrido. Faz-se na Câmara sempre o mesmo procedimento e cumpre-se sempre com as regras do Código da Contratação Pública.

A **Sra. Vereadora Maria João Camolas** dá a palavra ao Sr. Presidente do Conselho de Administração da Palmela Desporto, E.M., Dr. José Barreto, para que preste os necessários esclarecimentos à melhor elucidação da proposta. Atendendo a que a sua intervenção não é feita ao microfone, não se pode transcrever a mesma para a ata.

O **Sr. Presidente** deu como exemplo o facto de o Município trabalhar há cerca de quarenta anos com o mesmo fornecedor de betuminoso e tal não tem nenhum problema porque ganham os concursos.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção dos/a Srs./a Vereadores/a Raul Cristóvão, Ana Elísia Monteiro e Pedro Taleço. Aprovado em minuta.

Departamento de Cultura, Desporto e Juventude

Divisão de Cultura e Desporto

Pela **Sra. Vereadora Maria João Camolas** é apresentada a seguinte proposta:

PONTO 12 – Atribuição de apoios financeiros no âmbito do Programa Municipal de Teatro.

PROPOSTA N.º DCDJ_DCD 01_07-22:

«O Programa Municipal do Teatro tem, como um dos seus objetivos, a potencialização do produto teatral dos diferentes agentes do concelho, na lógica de qualificação da oferta nesta área artística, bem como nas condições de formação, produção, acolhimento e também itinerância.

Na lógica da partilha (de espaço, de ideias, de experiências) e também de promoção da igualdade, a Câmara de Palmela, através do Programa Municipal do Teatro, tem tido por premissa o apoio aos grupos de teatro de amadores e às estruturas profissionais do concelho, potenciando a difusão, a sensibilização de públicos e a fruição desta arte em todos os territórios.

O trabalho desenvolvido por estes agentes tem permitido o crescimento do teatro em Palmela, e tem vindo a contribuir para uma maior sensibilização e formação de públicos, em simultâneo com a formação na área do teatro para um grupo cada vez mais alargado e diversificado, permitindo a participação de mais elementos nos grupos de teatro atualmente em atividade, com abrangência em diferentes faixas etárias.

O estabelecimento de protocolos com algumas destas estruturas tem reforçado a aposta do município na área do teatro. Do mesmo modo, o incentivar e apoiar a itinerância dos espetáculos dos grupos pelos diferentes equipamentos culturais municipais, consolida esta estratégia, permitindo também um trabalho de planificação/programação que abrange os diferentes territórios. Tem vindo igualmente a ser reforçado o apoio à participação dos grupos em equipamentos ou festivais em diversas partes do país, contribuindo para a divulgação do nome Palmela e do trabalho dinamizado no concelho.

Apesar da situação de pandemia, que condiciona grandemente as artes e a cultura desde 2020, os grupos de teatro do concelho mantiveram-se ativos e dinâmicos, o que se pode observar com a intensidade de propostas inerentes às Comemorações do Dia Mundial do Teatro no presente ano.

Dos grupos de teatro de amadores com atividade regular, dois possuem instalações e encontram-se em processo de renegociação dos seus protocolos de cooperação, pelo que se regista necessidade de apoiar financeiramente a actividades dos restantes, para além dos outros apoios, previstos em sede de Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo.

Assim, **propõe-se**, em conformidade com a alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição de apoios financeiros no valor global de 4.500,00 € (quatro mil e quinhentos euros), com a seguinte distribuição:

- Grupo de Teatro Amador Ensaiarte – € 1.000,00 (mil euros)
- Associação Teatro Sem Dono – € 1.000,00 (mil euros)
- ATVK - Associação Teatro da Vila – € 1.000,00 (mil euros)
- Teatro dos Barris - Associação – € 750,00 (setecentos e cinquenta euros)
- Grupo de Teatro "As Avózinhas", representado pela FIAR - Associação Cultural - € 750,00 (setecentos e cinquenta euros).»

O **Sr. Presidente** refere que estes são apoios habituais nesta altura, mas, também, existem um conjunto de outros protocolos com outros grupos que acabam por significar outros apoios ao longo dos anos, mas isso é matéria para outra reunião.

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Aprovado em minuta.

. **Agradecimento ao Grupo Popular e Recreativo Cabanense** – O **Sr. Presidente** agradece a cedência da sala ao Grupo Popular e Recreativo Cabanense para a realização desta reunião de câmara.

Para finalizar, o **Sr. Presidente** deixa o convite aos/às presentes e a todos/as os que assistem à transmissão *online* para que venham ao teatro.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Cerca das zero horas e catorze minutos do dia dezassete de março de dois mil e vinte e dois, o **Sr. Presidente** declara encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que eu, *Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco*, Diretor do Departamento de Administração, Finanças e Recursos Humanos, redigi e também assino.

O Presidente

Álvaro Manuel Balseiro Amaro

O Diretor do Departamento

Paulo Eduardo Matias Gomes Pacheco